

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

ANDRESSA CAROLINE SILVA LEITÃO GOMES

**PLANEJAMENTO POPULAR DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA –
PROJETANDO O ESPAÇO DE MORAR**

**PALMAS - TO
2021**

ANDRESSA CAROLINE SILVA LEITÃO GOMES

**PLANEJAMENTO POPULAR DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA –
PROJETANDO O ESPAÇO DE MORAR**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de
Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal
do Tocantins – UFT, como requisito parcial à
obtenção do título de Arquiteta e Urbanista
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olívia de Campos Maia.

**PALMAS - TO
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- G633p Gomes, Andressa Caroline Silva Leitão.
Planejamento popular de organização territorial da comunidade quilombola Barra da Aroeira: projetando o espaço de morar. / Andressa Caroline Silva Leitão Gomes. – Palmas, TO, 2021.
63 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2021.
Orientadora : Olivia De Campos Maia Pereira
1. Ordenamento territorial. 2. Comunidades tradicionais .3. Projeto de extensão . 4. Planejamento Popular. I. Título

CDD 720

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANDRESSA CAROLINE SILVA LEITÃO GOMES

**PLANEJAMENTO POPULAR DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA –
PROJETANDO O ESPAÇO DE MORAR**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de
Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do
Tocantins – UFT, como requisito parcial à obtenção
do título de Arquiteta e Urbanista
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olívia de Campos Maia.

Data da aprovação: 14 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Olívia De Campos Maia Pereira, Orientadora - CAU/UFT

Prof. Dr. Marcos Antônio Dos Santos, Examinador - CAU/UFT

Arquiteta Ma. Daniela Colin Lima, Examinadora Externa

Prof. Dr. Edi Augusto Benini, Convidado

Dedico este trabalho aos povos e comunidades tradicionais que fundamentalmente compõem nosso país, em especial à comunidade quilombola Barra da Aroeira.

AGRADECIMENTOS

A universidade é um espaço e um momento de muitos desafios, onde o contato com novas informações faz nossos saberes serem postos a prova todo instante. Ao passo que acontecem inúmeras descobertas e confirmações, o conhecimento traz também a quebra de grandes paradigmas, que a princípio podem ser assustadores e desconfortáveis.

Disso quero agradecer inicialmente a professora e minha orientadora Olivia Maia, que com dedicação e empenho foi fundamental no meu desenvolvimento acadêmico e despertou em mim coragem frente aos desafios em especial da desigualdade urbana. Sempre incitando a autonomia e senso crítico, foi guia também nas áreas de pesquisa e extensão, que hoje reconheço como imprescindíveis na minha formação universitária e pessoal.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe, que é professora, e tias, que cuidam e me guiam com carinho desde os primeiros dias, que me ensinaram sobre a importância de estudar, e como isso pode mudar a nossa vida.

Sou grata também aos demais professores do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Tocantins (UFT) pela dedicação, atenção e elevada qualidade do ensino oferecido.

Agradeço toda a parceria e trocas de conhecimento realizadas com meus colegas pesquisadores e extensionistas, que dividem comigo os desafios e as satisfações de participar dessas frentes tão essenciais para uma carreira acadêmica de qualidade e que tem um alto potencial de impacto na sociedade.

Por toda participação e ensinamentos passados, sou grata aos membros da comunidade quilombola Barra da Aroeira que se dispôs e recebeu a universidade com atenção e carinho.

Agradeço aos meus amigos próximos que compartilham a vida comigo e que de alguma maneira me auxiliaram na escolha do curso, que hoje sou apaixonada, e sempre deram apoio e incentivo nesse percurso. Agradeço também aos amigos que fiz durante a graduação e que hoje tenho na vida, que enfrentaram comigo as entregas, trabalhos e todos demais desafios promovidos pela universidade, e tornaram os dias na UFT ora mais tranquilos, ora mais emocionantes e com certeza mais leves e descontraídos.

RESUMO

Este trabalho apresenta a experiência de participação popular na organização do território da comunidade Quilombola Barra da Aroeira – localizada no estado do Tocantins - no período de 2017 - 2019, realizada por meio de uma ação de extensão promovida pelo Projeto Raios de Sol, e avança até o ante projeto de ordenamento territorial da comunidade, com disposição das diretrizes e espacialização das propostas construídas a partir da educação popular. A sistematização da experiência de extensão aqui trazida é uma forma de contribuir no campo acadêmico com a ampliação de referências de ordenamento territorial em comunidades tradicionais tendo o princípio da participação popular, enquanto avançar até a fase de ante projeto tem o intuito de devolver de maneira prática e aplicável os planos desenvolvidos com a população de maneira a contribuir com a demarcação do território – constantemente ameaçada pelo cinturão do agronegócio que se intensifica em seu entorno – e auxiliar no uso sustentável dos recursos. Para tanto foram realizadas oficinas participativas com a comunidade, buscas nos arquivos de levantamento do projeto Raios de Sol, visitas, além de pesquisas em bibliografias afins. Ressalta-se que a fase de propostas é trabalhada em uma perspectiva participativa e horizontal, com vistas a emancipação econômica e social, além de apropriação e preservação do território, entendendo a comunidade como protagonista nas decisões sobre seu espaço de morar.

Palavras-chave: extensão, território, comunidades tradicionais, participação popular.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - localização comunidade Barra da Aroeira (Elaborado pela autora)	18
Figura 2 - Escala núcleo e escala território. (Elaborado pela autora)	20
Figura 3 - . Idade moradores da Barra. (Arquivo Projeto Raios de Sol)	21
Figura 4 - Renda dos moradores da Barra (Arquivo Projeto Raios de Sol).....	22
Figura 5 Associação de Moradores (Arquivo Projeto Raios de Sol).....	23
Figura 6 Cemitério (Arquivo Projeto Raios de Sol)	23
Figura 7 Escola Municipal (Arquivo Projeto Raios de Sol)	23
Figura 8 - Praça Coberta (Arquivo Projeto Raios de Sol)	23
Figura 9 - Igreja. (Arquivo Projeto Raios de Sol).....	23
Figura 10 Posto de Saúde (Arquivo Projeto Raios de Sol).....	23
Figura 11 - Quadra de Areia (Arquivo Projeto Raios de Sol)	24
Figura 12 Construção não finalizada (Arquivo Projeto Raios de Sol)	24
Figura 13 - Quadra Gramada (Arquivo Projeto Raios de Sol)	24
Figura 14 Centro Cultural (Arquivo Projeto Raios de Sol)	24
Figura 15 - Moradia Barra da Aroeira (Arquivo Projeto Raios de Sol)	25
Figura 16 Divisória Interna (Maíra Silva)	26
Figura 17 Quadro síntese (Elaborado por Vanina R.)	27
Figura 18 Cartaz em colégio menção ao dia da consciência negra (Arquivo RdS).....	28
Figura 19 Cartaz em colégio menção ao dia da consciência negra (Arquivo RdS).....	28
Figura 20 Cartaz em colégio (Arquivo Projeto Raios de Sol)	28
Figura 21 Quadro Síntese (Elaborado pela Autora).....	30
Figura 22 Debate sobre o território (Arquivo Raios de Sol).....	31
Figura 23 Oficina Adobe (Arquivo Raios de Sol)	31
Figura 24 Dinâmica Teia (Arquivo Raios de Sol)	31
Figura 25 Oficina com os Jovens (Maíra Silva)	31
Figura 26 Dinâmica Cooperativa (Arquivo Raios de Sol).....	31
Figura 27 Material Impresso levado para a oficina território	34
Figura 28 Material Impresso levado para a oficina território Elaborado pela autora. ..	34
Figura 29 . Resultado das disposições das atividades (Arquivo Projeto Raios de Sol)	35
Figura 30 Moradora Patrícia apresentando decisões do grupo. (Arquivo RdS)	35
Figura 31 Moradora Andreza apresentando as escolhas do grupo (Arquivo RdS)	35
Figura 32 - . Demarcação de áreas a serem trabalhadas. (Ricardo Haidar).....	37
Figura 33 . Tabela de capacidade de produção. (Arquivo RdS)	37

Figura 34 Síntese Atividades realizadas (Ricardo Haidar).....	38
Figura 35 Etapas alcançadas (Ricardo Haidar).....	38
Figura 36 Semeadura direta. (Arquivo RdS)	38
Figura 37	42
Figura 38.....	42
Figura 39 Indicação Escala Território	46
Figura 40 Diretrizes e Propostas escala Núcleo.....	49

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Aptidão Agrícola (Elaborado pela Autora).....	40
Mapa 2 Tipos de Solo (Elaborado pela autora)	40
Mapa 3 Aptidão do Solo (Elaborado Pela Autora)	41
Mapa 4 Síntese de Propostas Para a escala Território	48
Mapa 5 Síntese de Propostas para Escala Núcleo.....	50

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	12
OBJETIVO GERAL.....	16
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
METODOLOGIA E PERCURSO.....	16
1 CONHECENDO A BARRA DA AROEIRA	18
1.1 LOCALIZAÇÃO.....	18
1.2 FORMAÇÃO E SITUAÇÃO JUDICIAL.....	19
1.3 MORADORES E FAIXA ETÁRIA.....	20
1.4 TRABALHO, RENDA E ESCOLARIDADE.....	21
1.5 EQUIPAMENTOS E TRAJETOS.....	22
1.6 MORADIA E SANEAMENTO.....	25
1.7 ASPECTOS CULTURAIS.....	27
2 O PROJETO E A COMUNIDADE	29
2.1 SÍNTESE OFICINAS.....	30
2.2 OFICINA TERRITÓRIO.....	32
3 GT TERRITÓRIO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	36
3.1 AGROFLORESTAL.....	36
3.2 SOLOS E TOPOGRAFIA.....	39
3.3 ÁGUA.....	41
4 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	43
4.1 TABELA SÍNTESE DE PROBLEMAS E POTENCIALIDADES.....	43
4.2 MAPA SÍNTESE ESCALA TERRITÓRIO.....	44
4.3 MAPA SÍNTESE NÚCLEO DE MORADIAS.....	44
5 PROJETANDO O ESPAÇO DE MORAR	45
5.1 PARTIDO: A IDENTIDADE QUILOMBOLA.....	45
5.2 INDICAÇÃO DE USO DO TERRITÓRIO.....	46
5.3 DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA O NÚCLEO DE MORADIAS.....	48
5.4 MEMORIAL DE PROPOSTAS PARA O NÚCLEO DE MORADIAS.....	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55

APRESENTAÇÃO

Este trabalho final¹ traz uma experiência de participação popular na organização do território da comunidade Quilombola Barra da Aroeira, por meio de uma ação de extensão, e avança até o ante projeto de ordenamento territorial da comunidade, com disposição das diretrizes e espacialização das propostas construídas a partir da educação popular.

Além da experiência e do ante projeto, também serão apresentados estudos correlatos sobre assistência técnica e participação popular e as metodologias das oficinas realizadas junto à comunidade. A intenção de partilhar a experiência é a de contribuir com a ampliação de referências de ordenamento territorial em comunidades tradicionais, que tenham em seu cerne a participação popular. Avançar até a fase de ante projeto tem o intuito de devolver de maneira prática e aplicável os planos desenvolvidos com a população.

A vontade de elaborar este trabalho nasceu a partir do contato com uma das frentes que compõe o projeto de Extensão Raios de Sol, que ocorreu no período de estágio obrigatório realizado em 2019. O projeto de extensão atua desde 2014, com os princípios da organicidade e da autogestão e tem por base uma perspectiva interdisciplinar, de educação popular vinculada à tríade universitária.

Este trabalho é composto por cinco momentos. Na primeira parte são apresentados os dados de caracterização da comunidade quilombola Barra da Aroeira. Na segunda parte é apresentada de maneira sucinta e cronológica, as metodologias de participação popular realizadas com a comunidade desde o início da frente “Território”, e de maneira detalhada a oficina que resultou no escopo do ordenamento territorial aqui desenvolvido. Na terceira parte são descritas as frentes que compõem o GT território e como as articulações e ações do grupo aconteceram. A quarta apresenta a síntese do diagnóstico então a caracterização da Barra, com base nas oficinas apresentadas na parte 1, e as ações e coletas descritas na segunda parte do trabalho. Na última, quinta parte, é apresentado o quadro síntese de diretrizes e propostas e o mapa de espacialização, elaborados a partir dos itens anteriores com vistas a emancipação social e apropriação e preservação do território.

¹ O presente documento, que cumpre as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é uma adaptação do trabalho que foi entregue no formato de “caderno”. Assim, o trabalho na íntegra, com um percurso guiado por imagens da comunidade, pode ser acessado em: <https://drive.google.com/file/d/>

INTRODUÇÃO

A exploração e as frentes de colonização ocorridas no Brasil, geraram terríveis impactos na maneira de viver dos povos existentes e deixaram graves sequelas às populações por vir, sejam no âmbito econômico, político ou social.

Até 1822 a monarquia portuguesa, ditava as atividades econômicas e o uso das terras no Brasil através das sesmarias². Porém as regras que regulamentavam essas concessões no Brasil, não eram aplicadas rigorosamente devido à abundância de terras disponíveis, sendo a posse ou ocupação também maneiras legítimas de adquirir a propriedade.

Neste período a terra não era considerada mercadoria e não tinha valor monetário atribuído a ela, uma vez que mais importante do que a relação legal, era a capacidade de ocupar a terra e nela produzir, e isto estava vinculado diretamente à condição financeira do ocupante que na época era demonstrada principalmente pela quantidade de escravos (MARICATO, 1995).

No período entre 1822 à 1850, fim das sesmarias ao ano da promulgação da lei de terras, foi um momento de ainda menor regulamentação legislativa, onde se consolidou de fato o latifúndio brasileiro, com a expulsão de pequenos posseiros por poderosos proprietários rurais, em uma realidade onde apesar do fim das sesmarias, algumas províncias continuaram a fazer concessões arbitrárias (MARICATO, 1995).

Junto à promulgação da lei de terras ocorreu também a proibição do tráfico negreiro sem qualquer plano de inserção social dessa população. Esse foi um importante marco de transformação da terra em mercadoria e exclusão socio-racial, uma vez que a lei afastava a possibilidade de trabalhadores sem recursos, na maioria escravos que acabaram de ser “libertos”, tornarem-se proprietários de terras³(MARICATO, 1995).

Assim as problemáticas que envolvem a moradia começaram a se instaurar no Brasil com a introdução do capitalismo e a constituição do “homem livre”, que em sua essência carrega a “desposse” e o “despejo”, em um país de organização territorial elitista, que não se

² Nesse sistema, as porções de terra eram distribuídas a beneficiários escolhidos pela coroa, que deveriam criar condições para cultivo ou mesmo povoar as áreas. Caso as exigências de ocupar, produzir e pagar os tributos não fossem satisfeitas, a terra se retornaria para o Estado se tornando devoluta.

³ De acordo com a lei de terras as terras devolutas poderiam ser adquiridas apenas mediante compra e venda.

preparou pra receber o contingente populacional de ex-escravizados e imigrantes que chegavam a todo instante (VILLAÇA,1986).

No meio urbano o cortiço foi a principal forma de abrigo que a sociedade desenvolveu para alojar essas multidões. Foi a primeira forma física de habitação oferecida ao “homem livre” brasileiro. Foi concebida como “solução” de moradia pelo mercado imobiliário, que quando sentia necessidade de abrir espaço para frutificação do capital destruía as construções precárias e desalojava as famílias (VILLAÇA,1986).

Em paralelo à essa forma de habitação insalubre desenvolvida nas cidades, os quilombos, que surgiram como resistência à exploração e se constituíam em áreas não urbanizadas, se tornaram uma alternativa de morada e subsistência para parte considerável dos antes escravos. Estes que se tornaram novos homens livres, em uma sociedade que os abandonou à própria sorte, sem reformas que os integrassem socialmente, dentro de um projeto de modernização conservador que não tocou no regime do latifúndio e exacerbou o racismo como forma de discriminação (MARINGONI, 2011).

Os primeiros quilombos foram formados a partir da organização coletiva de negros em condição de escravidão. Estes articulavam fugas e resgates, apesar da diversidade de etnias, línguas, tradições e costumes e quando os realizavam se instauravam em uma porção geográfica consideravelmente afastada. Viviam com uma proposta de sociedade pautada na produção local mais justa igualitária e livre, onde alguns quilombos permitiam ainda a chegada de outras populações também oprimidas como índios, homens e mulheres pobres.

Com o fim da escravidão e a continuidade dos quilombos, ao longo do tempo o termo passou por um processo de ressignificação. Em época de forte repressão o Conselho Português definia quilombo como:

Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele. (GONÇALVES, 2017).

Na intenção de contemplar todas as diferentes composições que os quilombos tiveram, incluindo fugas, ocupação de terras livres e geralmente isoladas, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, permanência nas terras que ocupavam e cultivavam, bem como a compra de terras e garantir o direito de seus descendentes, (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Hoje a definição traz

“remanescentes” e é apresentada pelo decreto nº 4.887 de 2003 que regulamenta o artigo constitucional.

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

É notória a ligação com a terra trazida pelas duas definições. Ela aparece por seu caráter imprescindível na constituição das comunidades quilombolas e promover desde os primeiros assentamentos rurais negros subsistência, identidade e autonomia cultural e social.

A relação das comunidades tradicionais com a terra tende a ser de baixo impacto, com equilíbrio e respeito ao meio ambiente. Oposta à relação que componentes da sociedade capitalista, como grandes produtores e latifundiários tem com a mesma, onde a terra é reduzida a simples mercadoria, moeda de troca e meio de reprodução do capital (BRASIL, 2018).

E com ferocidade e intenção de reproduzir o capital, constantemente grileiros, e empresários do agronegócio avançam sobre as terras de comunidades tradicionais, ocupando espaços físicos, e poluindo, com o uso de agrotóxicos em lavouras próximas, a água, solo e as produções de subsistência.

As políticas públicas que contemplam as comunidades quilombolas são relativamente recentes, apareceram pela primeira vez na constituição de 1988, um século após a lei que determinou fim do regime de escravidão, e a definição de remanescentes quilombolas chegou apenas em 2003 pelo Decreto nº 4.887 de 2003, acima apresentado.

Ainda hoje o processo de titulação dos territórios quilombolas é burocrático e demorado, o que deixa essas comunidades ainda mais vulneráveis à invasões violentas e perdas de território. Dessa maneira o planejamento do território é fundamental, tanto para que seu uso seja sustentável quanto para defesa do mesmo, auxiliando no processo de demarcação e titulação, além de fortalecer o senso de comunidade e pertencimento, que são imprescindíveis para as comunidades em uma sociedade capitalista de trabalho assalariado, exclusão social e desemprego estrutural que as deixa à margem.

Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver diferentes da sociedade em geral, assim o planejamento territorial deve ser realizado

intimamente com os moradores, primando atender as especificidades locais, que só podem ser repassadas por quem conhece o lugar e vivencia a dinâmica e as relações com o território desde o nascimento.

Esse trabalho se desenvolve com a intenção de contribuir com o uso sustentável e planejado da terra, bem como a defesa e titulação do território da comunidade Quilombola Barra da Aroeira, localizada no Tocantins. Foi inspirado pelo projeto de extensão Raios de Sol que atua com os princípios da organicidade e da autogestão, viabilizando frentes institucionais e econômicas para construção de relações sociais de propriedade, trabalho, produção e socialização em comunidades tradicionais, e tem a Barra da Aroeira como piloto.

Dessa maneira o objetivo geral é apresentar a experiência de planejamento popular do ordenamento territorial da comunidade quilombola Barra da Aroeira, realizada através do Grupo de Trabalho (GT) Território, que compõe o projeto Raios de Sol. Esta etapa expõe os itens que balizam o ante projeto de ordenamento territorial que também será desenvolvido neste trabalho, com vistas a emancipação social e apropriação e preservação do território.

Para tanto, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: Sistematização da oficinas iniciais promovidas pelo GT, que trazem as primeiras informações básicas a respeito da comunidade; Apresentação da oficina de ordenamento de maneira descritiva; Apresentação dos resultados obtidos através dos levantamentos realizadas pelas frentes técnicas do GT Território e a elaboração das diretrizes e propostas de ordenamento territorial, bem como as restrições construtivas que deverão ser seguidas pelas edificações a serem implementadas na comunidade.

Sistematizar e partilhar a experiência é uma forma de contribuir no campo acadêmico com a ampliação de referências de ordenamento territorial em comunidades tradicionais com o princípio da participação popular, enquanto avançar até a fase de ante projeto tem o intuito de devolver de maneira prática e aplicável os planos desenvolvidos com a população.

Objetivo Geral

Apresentar a experiência de planejamento popular do ordenamento territorial da comunidade quilombola Barra da Aroeira, realizado através do GT território, que compõe o projeto Raios de Sol, expondo as ações no período de 2017 à 2019.

Desenvolver um ante projeto de ordenamento territorial com vistas a emancipação social e apropriação e preservação do território da comunidade, tendo como base a experiência de participação popular descrita, de maneira a balizar o uso da terra e as implantações arquitetônicas futuras da comunidade, com demarcação das melhores áreas para a ocupação humana no território apresentando a disposição das residências, áreas de lazer e produção, sistema de tratamento de água e esgoto, produção agroecológica e agroflorestal, além de sugestões de áreas de preservação e amortecimento.

Objetivos Específicos

a) Sistematizar as oficinas iniciais, promovidas pelo GT território no projeto de extensão, que consiste na primeira etapa de reconhecimento e levantamento de dados qualitativos a respeito da comunidade, imprescindíveis pra um diagnóstico preciso;

b) Apresentar a oficina de ordenamento de maneiro descritiva, pois ela é a indutora das necessidades expostas pela comunidade.

c) Apresentar os resultados obtidos através dos levantamentos realizadas pelas frentes técnicas do GT território, que diz respeito a caracterização física da área, essencial para boa disposição de atividades no território.

d) Elaborar as diretrizes e propostas de ordenamento territorial, bem como as restrições construtivas que deverão ser seguidas pelas edificações a serem implementadas na comunidade.

Metodologia e Percurso

Este trabalho é composto por cinco momentos. Na primeira parte acontece a apresentação da Barra, onde são trazidas localização, caracterização socioeconômica da população, histórico e a questão judicial de demarcação do território, tão impactante na vida da comunidade. Para tanto foram realizadas buscas bibliográficas nos arquivos do grupo de

extensão Raios de Sol (RdS) e no GT Território, análise dos levantamentos em campo e oficinas realizadas⁴.

Na segunda etapa são apresentadas, em um quadro síntese e cronológico, as metodologias e os resultados das oficinas de participação popular realizadas com a comunidade quilombola Barra da Aroeira desde o início da frente Território, e de maneira detalhada a oficina que resultou no escopo do ordenamento territorial aqui desenvolvido. O quadro síntese permite uma análise das metodologias e resultados das oficinas além de descrever os recursos e materiais utilizados servindo como repertório para outras ações que tenham o mesmo intuito.

Na terceira parte são descritas as frentes que compõem o GT Território, a maneira que as articulações e ações do grupo aconteceram e o resultado das análises agroflorestal, solos e água, que formam a caracterização física do território da Barra. Os mapas foram montados com o software arcMap 10.5⁵, com uma base de dados disponibilizada pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Os mapas de solo foram montados mediante análise de amostras, e imagem de satélite.

No quarto momento é apresentada a síntese do diagnóstico da Barra, com base nas oficinas apresentadas na parte 2, e as ações e coletas descritas na terceira parte do trabalho. O mapa síntese também foi elaborado a partir do cruzamento de shapes e através do software arcMap 10.5.

Na última, quinta parte deste trabalho, é apresentado o quadro de diretrizes e propostas e o mapa de espacialização, elaborados tendo como premissa uma metodologia participativa e horizontal a partir dos itens anteriores com visas a emancipação social e apropriação e preservação do território.

⁴ Além do trabalho de conclusão de curso da Maíra Pereira da Silva, egressa do curso de Arquitetura e Urbanismo na UFT, também colaboradora do LabCidades e do projeto Raios de Sol

⁵ Neste trabalho todas as informações apresentadas em mapa são resultado da manipulação de bases de dados existentes ou composição de feições em shapefile. Durante o trabalho esse formato permitiu a manipulação e cruzamento dos dados, que geraram novas informações, como no caso do mapa de hipsometria, montado através das curvas de nível, imprescindível pra análise da vocação do solo. Hoje a Barra conta com uma base de arquivos própria, passível de ser manipulada e alimentada por novos resultados, podendo contribuir para pesquisas futuras na comunidade.

1 CONHECENDO A BARRA DA AROEIRA

A comunidade possui o nome Barra da Aroeira por conta de dois importantes córregos que passam na área, Aroeira e Brejo Grande, além da constante presença da espécie arbórea Aroeira⁶.

Nesta etapa são trazidos dados levantados mediante questionários aplicados com a comunidade e visitas realizadas pelo projeto Raios de Sol. Também são trazidas informações levantadas através do senso interno que aconteceu em 2017, aplicado pelos membros da comunidade, onde as perguntas foram elaboradas pelo professor Célio Alcântara⁷ colaborador do projeto Raios de Sol.

Aparecem aqui informações a respeito da localização, composição populacional, trabalho, renda, moradia e saneamento com o intuito de se traçar o perfil dos moradores.

1.1 Localização

A Comunidade Quilombola Barra da Aroeira hoje se localiza a 110km do perímetro urbano de Palmas – capital do estado do Tocantins. Limita-se com a zona rural da cidade de Santa Tereza, estando a 12km do seu perímetro urbano. A comunidade está situada a margem da TO-247 (Figura1).

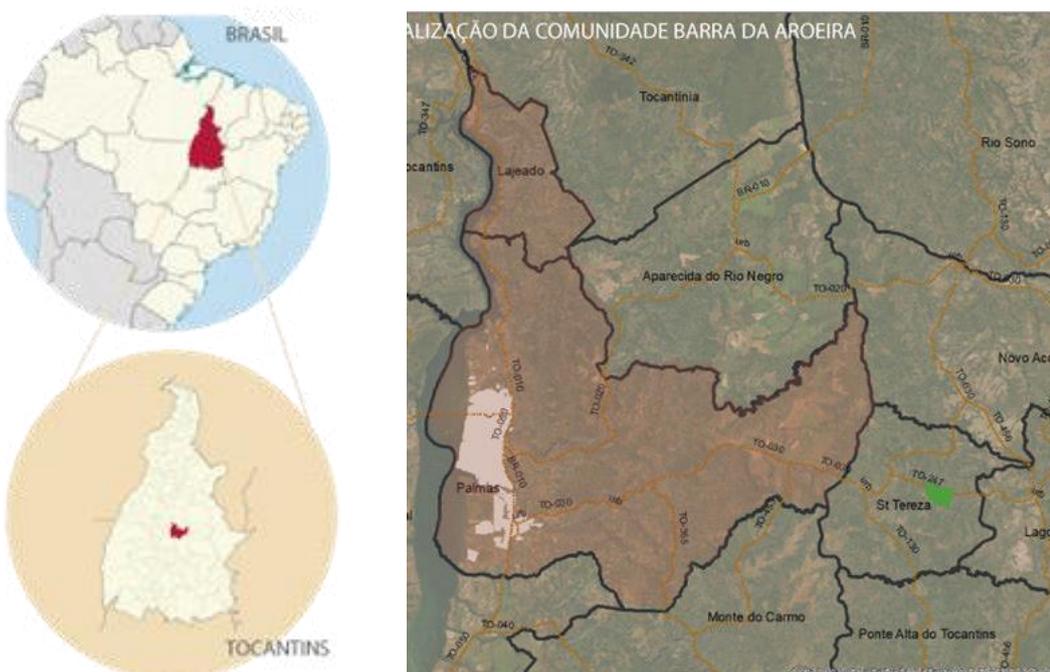


Figura 1 - localização comunidade Barra da Aroeira (Elaborado pela autora)

⁶ Espécie nativa do Brasil, que possui uma vida longa, madeira resistente e encontra-se na lista de espécies que correm risco de extinção

⁷ Professor do curso de Economia na Universidade Federal do Tocantins

1.2 Formação e Situação Judicial

Apontamentos dos moradores e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), além de um laudo antropológico trazem o território da Barra com aproximadamente 79.000ha. Essa área foi conquistada por Felix Rodrigues, ex escravizado, por volta de 1860 como pagamento, por participar de uma batalha. Moradores da comunidade explicam que o decreto assinado onde constava a concessão das terras foi perdido em um incêndio ainda do século XX.

A falta do registro formal fez com que a área começasse a ser ocupada por posseiros, isso coagiu as famílias a se concentrarem cada vez mais em porções de terras menores. Em 2012 o INCRA reconheceu a necessidade de demarcação e propôs a titulação 12.000ha das melhores áreas, admitindo o direito dos descendentes, mas dentro do limite de verbas disponíveis para as desapropriações que teriam que ser feitas. No entanto a comunidade não sentiu segurança e acabou não aceitando a proposta.

Hoje a Barra se localiza em 1000ha, sob domínio do Instituto de Terras do Estado do Tocantins (Itertins), por uma concessão de uso dada em 2005 com prazo de 20 anos. O processo que contém informações a respeito dessa concessão de uso se perdeu entre as secretarias do Estado do Tocantins e os moradores da Barra não sabem se ao fim dos 20anos ocorrerá titulação automática ou será necessária uma nova solicitação.

O trabalho de ordenamento territorial aconteceu considerando a porção de 1000ha, que contempla o núcleo de moradias e abarca áreas livres com potencial para plantio e criação (Figura 2), mas que corresponde à apenas 1% de tudo o que foi Barra.

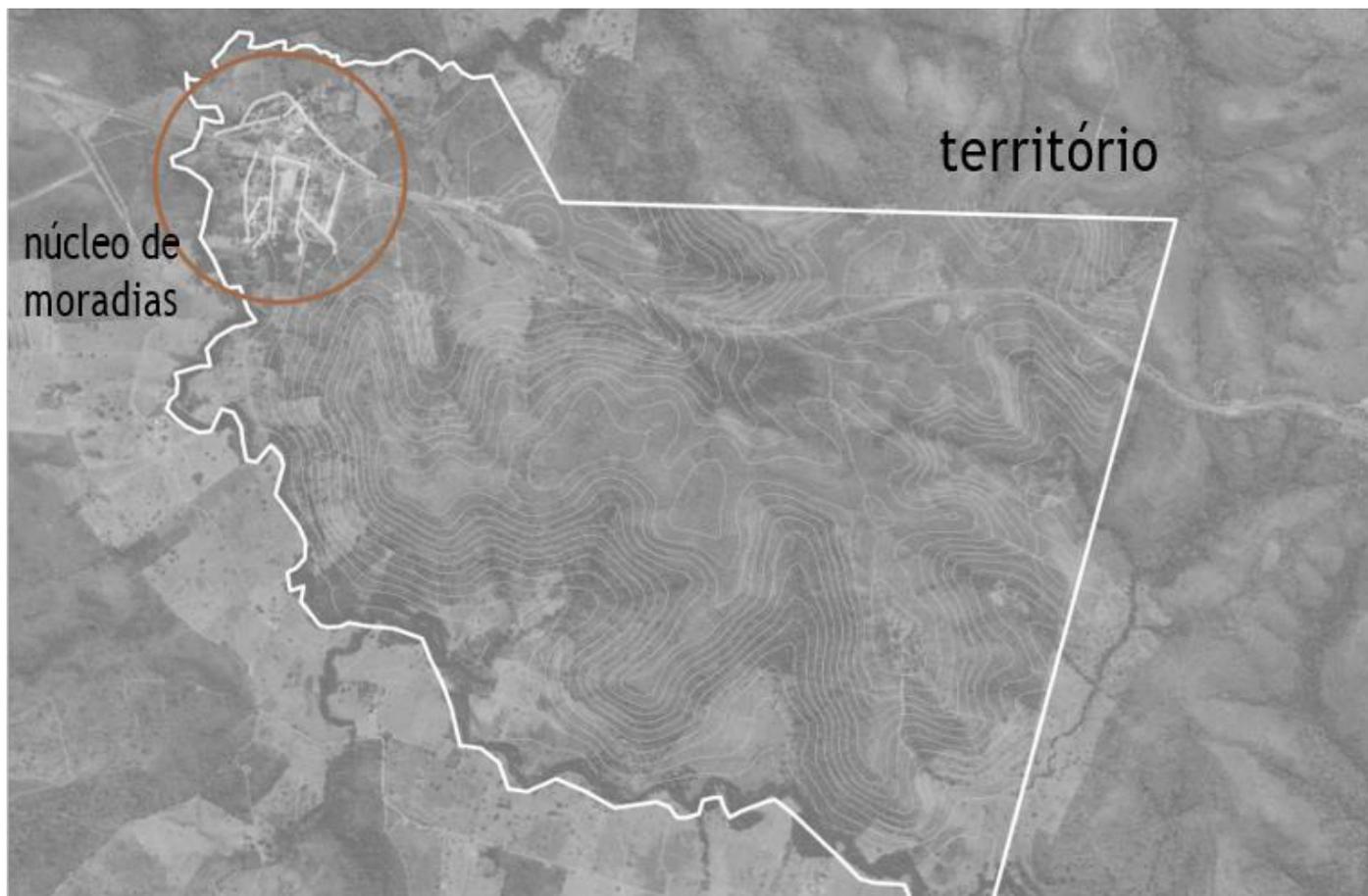


Figura 2 - Escala núcleo e escala território. (Elaborado pela autora)

1.3 Moradores e Faixa Etária

A comunidade é composta por 480 pessoas, distribuídos em cerca de 105 famílias. A faixa etária na comunidade é diversa, porém a maior parte da população é composta por pessoas de 10 à 14 anos (Figura 3), essa população jovem é um possível indicador de famílias numerosas com poucos integrantes economicamente ativos. Conforme a idade avança é possível observar que o número populacional cai, indicando evasão da comunidade e uma baixa expectativa de vida entre moradores.

Parte considerável dos moradores possui grau de parentesco e costumam se relacionar entre si, como consequência das relações consanguíneas, existe um número considerável de pessoas com deficiência.

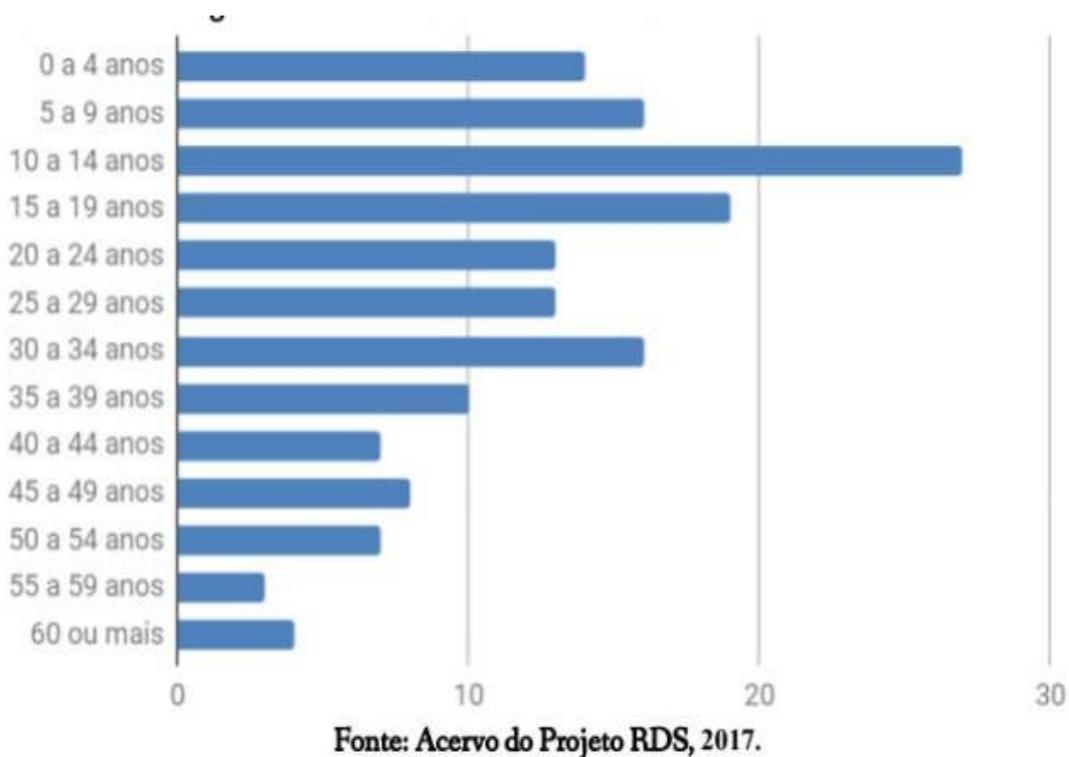


Figura 3 - . Idade moradores da Barra. (Arquivo Projeto Raios de Sol)

1.4 Trabalho, Renda e Escolaridade

A economia da comunidade quilombola é baseada na produção agrícola e criação de animais para subsistência. Alguns moradores realizam atividades relacionadas ao trabalho manual, como artesanato, sendo inclusive a falta de espaços para comercialização uma queixa constante. Alguns moradores da Barra trabalham na escola municipal da comunidade, Horácio José Rodrigues ou em cidades vizinhas, como Santa Tereza e Lagoa. Outras fontes de renda na comunidade são aposentadoria e bolsa família.

Em relação a forma de trabalho a maioria dos entrevistados deseja desenvolver atividades em conjunto e não de forma isolada.

Durante as entrevistas 78% dos moradores que responderam não completaram a primeira etapa do ensino formal, que compreende o ensino fundamental. Para os moradores da Barra as infraestruturas educacionais são de difícil acesso, na comunidade existe apenas uma escola de ensino fundamental, que deixa de fora as outras faixa etárias. Os jovens precisam ir de ônibus escolar diário até alguma escola das cidades vizinhas.

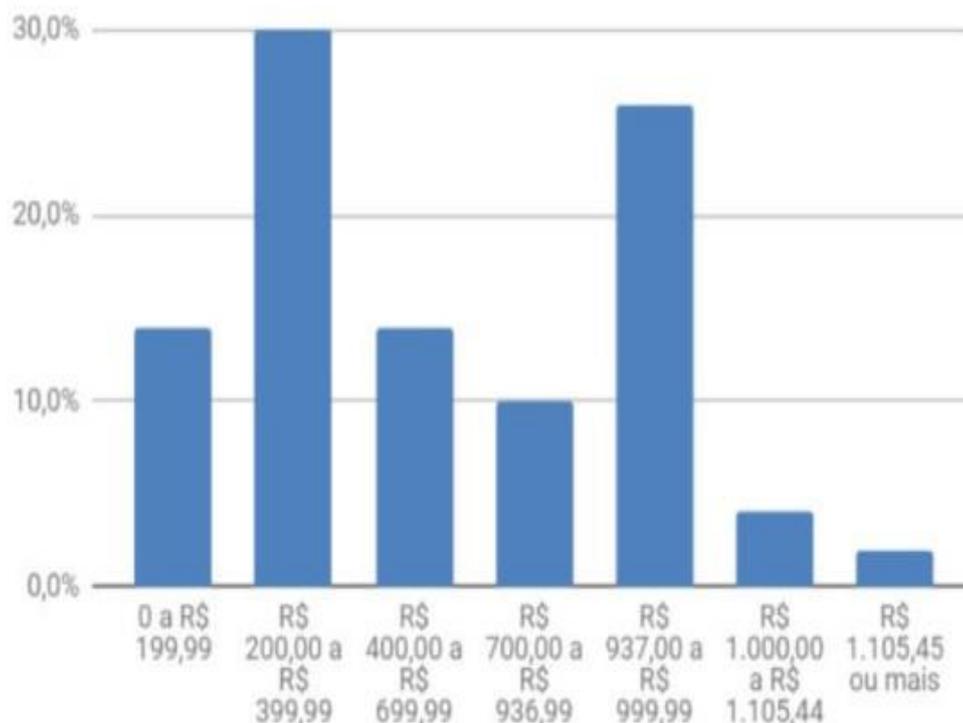


Figura 4 - Renda dos moradores da Barra (Arquivo Projeto Raios de Sol)

1.5 Equipamentos e Trajetos

Segundo os moradores o núcleo de moradias da Barra da Aroeira não possui infraestrutura ou equipamentos suficientes para atender a demanda da população, por isso eles dependem consideravelmente das cidades vizinhas, como Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins e Palmas/TO para necessidades de saúde, compras e lazer, além de trabalho.

Na comunidade existe uma única escola que contempla apenas as primeiras séries do ensino fundamental. Para continuar com a educação formal os jovens da comunidade precisam se deslocar diariamente até um dos municípios vizinhos, o que torna a rotina cansativa e priva os jovens de um ensino local com resgates culturais integrados.

A ruas internas da comunidade não possuem calçadas ou pavimentação, contudo maior parte dos deslocamentos são realizados a pé, os moradores apontam que isso é devido à falta de meios de locomoção e à dimensão compacta do núcleo de moradias.

O sistema viário da comunidade é bastante homogêneo sendo a maioria das ruas são de caráter local, apenas duas ruas ao norte, que convergem para a igreja católica e dão acesso à associação e a escola recebem uma frequência maior de moradores.

A comunidade é cortada pela TO-247, uma das rotas de acesso do Parque Estadual do Jalapão, possui bastante movimento, mas não gera segregação simbólica entre a Barra.

Quando desprovidos de veículo próprio, nos deslocamentos externos os moradores da comunidade Quilombola Barra da Aroeira dividem com os de Santa Tereza um único ônibus diário de linha intermunicipal, que passa dentro do povoado.



Figura 9 - Igreja. (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 7 Escola Municipal (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 8 - Praça Coberta (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 6 Cemitério (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 10 Posto de Saúde (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 5 Associação de Moradores (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 14 Centro Cultural (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 13 - Quadra Gramada (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 12 Construção não finalizada (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 11 - Quadra de Areia (Arquivo Projeto Raios de Sol)

1.6 Moradia e Saneamento

A maior parte das moradias na comunidade Quilombola Barra da Aroeira foi construída por autoconstrução, com tijolos de adobe e taipa de pilão produzidos no local. Inicialmente as residências tinham cobertura de palha e com o passar do tempo foram substituídas por telhas de barro (Figura 15).



Figura 15 - Moradia Barra da Aroeira (Arquivo Projeto Raios de Sol)

Na maioria das moradias o piso é de chão batido, contrapiso ou mesmo cimento queimado e as paredes internas ou externas não possuem revestimento.

Para os moradores a metragem média das casas na Barra é insuficiente para atender a necessidade das famílias, sendo a quantidade de cômodos internos um incômodo relatado pelos moradores. Além de composições familiares grandes, há também na Barra a coabitação, que aponta pra um déficit quantitativo, o que diz respeito à necessidade de novas moradias.

O método empregado na construção das moradias da Barra impede a abertura de grandes vãos isso faz com que as residências tenham poucas aberturas no geral, como portas e janelas tornando as moradias por vezes escuras, úmidas e com patologias. Por conta do baixo recurso as divisórias internas e esquadrias, são diversas vezes improvisados com matérias como de tecido e madeira (Figura 16).



Figura 16 Divisória Interna (Maíra Silva)

Na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira os moradores possuem apenas alguns mobiliários básicos e algumas vezes em já em estado precário. Nas residências está presente um aspecto típico do meio rural, que é o fogão a lenha, além mesmo do fogão convencional.

Não existe qualquer sistema de coleta para águas pluviais ou mesmo rede de tratamento de esgoto, os resíduos gerados pelas áreas molhadas como cozinha ou lavanderia, são descartados diretamente na natureza. Na Barra o lixo é coletado uma vez por semana e descartado em uma área dentro do território sem preparo para receber esse tipo de material

A maioria das residências da Barra não possui banheiros internos, assim os moradores precisam sair de sua residência pra fazer o uso. Apesar de ser uma configuração de habitação diferente, o banheiro fora da residência, para alguns moradores é o modo ideal e capaz de contemplar as necessidades que o meio apresenta. Parte dessas instalações descartam os dejetos em fossas sépticas, mas nos poucos casos onde esta não existe os resíduos ficam também à céu aberto. Na Barra há ainda situações onde as moradias não possuem banheiro seja interna ou externamente, assim os moradores usam de vizinhos ou em espaços abertos ao redor da casa.

Abaixo, figura 17, síntese de caracterização e desejo das moradias relatado pelos moradores da comunidade.



Figura 17 Quadro síntese (Elaborado por Vanina R.)

1.7 Aspectos Culturais

Os moradores da comunidade mantêm costumes culturais que contribuem no resgate e manutenção da identidade de remanescente quilombola. São mantidas práticas como dança, capoeira, festividades religiosas e rituais peculiares.

Os ensaios das danças acontecem nas próprias moradias, grupos se reúnem para ensaiar marcha, sussa e a dança do limão. Os moradores apresentam para a própria comunidade em datas festivas, como na páscoa, dia da consciência negra, dia das mães, dia dos pais e afins.

Nas paredes da escola, há a presença de cartazes que fazem menção a Consciência Negra, o que demonstra ser uma data significativa para a Comunidade. Figuras 18, 19 e 20.

Hoje a religiosidade está presente na comunidade em segmentos, alguns moradores seguem com as tradições de matriz africana, ao passo que existe uma parcela considerável que segue dogmas católicos e realizam festejos, além de moradores que hoje seguem doutrinas neopentecostais. Contudo as diferentes formas não apresentam conflitos no que do ponto de vista urbanístico ou arquitetônico.



Figura 19 Cartaz em colégio menção ao dia da consciência negra (Arquivo Projeto Raios de Sol)

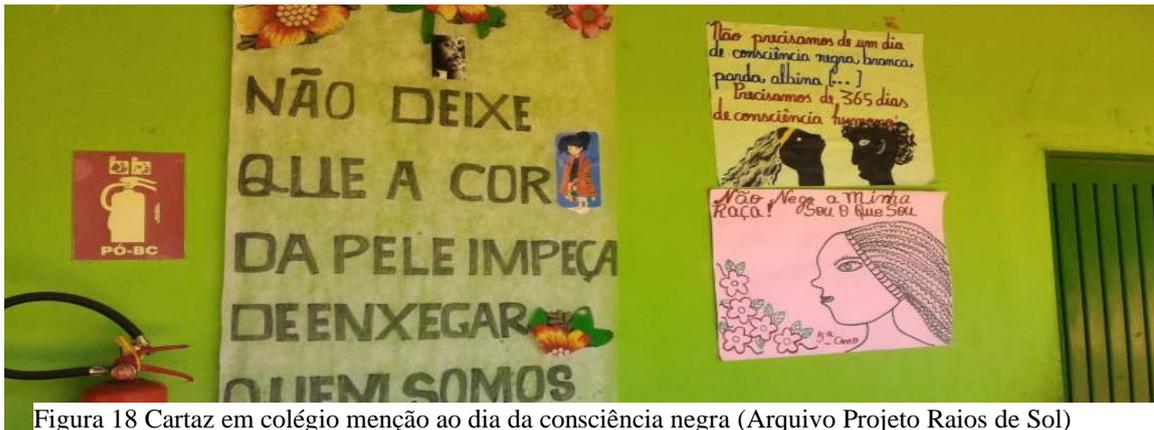


Figura 18 Cartaz em colégio menção ao dia da consciência negra (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 20 Cartaz em colégio (Arquivo Projeto Raios de Sol)

2 O PROJETO E A COMUNIDADE

O quadro atual das cidades capitalistas é de crises econômicas e sociais graves com altos índices de desemprego, além de precariedade e informalização urbana. Isso por conta do sistema que tem como premissa a apropriação dos meios de produção por poucos, o que subordina o trabalhador a gerar a mais-valia além de controlar as trocas das relações sociais por meio do capital promovendo desigualdades sociais pela pouca distribuição das riquezas (HARVEY, 2005).

Nessa perspectiva o Projeto Raios de Sol é uma atividade de extensão que acontece na UFT desde 2014, trabalhando no desenvolvimento de uma metodologia de organicidade socioprodutiva visando a emancipação social de comunidades tradicionais, onde as atividades de subsistência sejam desenvolvidas por trabalhadores livremente e organicamente associados e independentes do sistema capitalista. Essencial em uma sociedade de trabalho assalariado, exclusão social e desemprego estrutural que deixa à margem os povos e comunidades tradicionais.

A intenção é de que a lógica do mercado seja substituída pelas premissas do trabalho coletivo, em um sistema de cooperação e autogestão, em que há o compartilhamento e planejamento, dos meios de produção e de sua distribuição respeitando os costumes das comunidades tradicionais. Desde seu início o projeto realiza levantamentos e ações por meio de palestras e oficinas na comunidade, desenvolveu uma cooperativa local e foi contemplado pelo Fundo de Combate à Pobreza administrado pela Secretaria de Agricultura - SEAGRO do Estado do Tocantins em parceria com a Universidade Federal do Tocantins - UFT, via NESOL (Núcleo de Economia Solidária - UFT) para produção de unidades habitacionais e edificações, além da compra de insumos e maquinário para suporte da produção agrícola e agroflorestal.

Para os estudantes que fazem parte de projeto e colaboram com as atividades a ação de extensão é uma rica forma de se conhecer explorar novos campos na graduação e ter contato com uma realidade por vezes desconhecida. Para a sociedade beneficiada acontece o trabalho de assessoria técnica sem custos ou ônus.

Na comunidade quilombola o trabalho de extensão foi uma importante ferramenta de troca de saberes, os moradores puderam conhecer sobre questões técnicas da área e resgatar saberes de um sistema de cooperação, tendo sempre protagonismo nas falas.

Assim como os canteiros experimentais apresentados por Reginaldo Ronconi conforme citado por Canella (2018) nesses momentos acontecem a reintegração entre o saber e o fazer. Que por vezes durante a academia é seccionado, conferindo ao primeiro uma organização que aliena e atende ao interesse da reprodução do capital, o segundo liberta e dá asas para uma criação com maior complexidade. Sendo a reintegração o saber e o fazer conhecimento único e vital para a realização da capacidade transformadora do homem.

Na área alguns moradores apresentam poucas expectativas, tendo em vista a experiência que os membros da comunidade tiveram com outros tipos de projeto, que para eles não garantiram retorno significativo. Nesse sentido para o projeto as oficinas participativas além de ferramenta de coleta de dados, troca de saberes é também um importante meio de romper barreiras e conquistar a confiança da população, essencial para que a comunidade se sinta confortável, se aproprie e contribua com o projeto.

Abaixo, figura 21, através de um quadro síntese são descritas seis oficinas realizadas pela frente Território do projeto Raios de Sol na comunidade quilombola Barra da Aroeira a partir de 2017 através do LabCidades. Após é descrita a oficina de ordenamento territorial que foi indutora da distribuição das diretrizes e propostas resultando no ordenamento territorial que será apresentado.

2.1 Síntese Oficinas

OFICINAS						
PÚBLICO	TEMÁTICA	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADOS COLETADOS	IMPRESSÕES	ACRÉSCIMOS COLETADOS
OFICINA COM JOVENS	JOVENS DA COMUNIDADE ADRAZIL LAZER NO AMBIENTE	Fomentar discussões sobre a importância cultural e potencialidade e expectativas para o futuro a partir da perspectiva do JOVEM QUILMBOLA, na esfera "TABULEIRO - MORADORA - LAZER - MEIO AMBIENTE".	Os jovens foram convidados a participar na cadeira formando um círculo, após isso foram perguntas, que fomentem o debate, na temática abordada. As perguntas previamente planejadas, mas totalmente livres para ajustar conforme o decorrer da conversa.	LAZER: apresentar a falta de espaços com maior flexibilidade e manutenção o interesse por espaços verdes, que atendam os melhores lugares (diversos públicos), como mulheres, crianças e idosos. MEIO AMBIENTE: Os moradores não se sentiram confortáveis, isso para a geração do tema, de maneira geral, o planejamento físico e estrutural.	TRABALHO: A sala como que que deve trabalhar coletivamente na forma de uma organização, de modo a cumprir uma escalarização. MEIO AMBIENTE: Os moradores não se sentiram confortáveis, isso para a geração do tema, de maneira geral, o planejamento físico e estrutural.	Não um forte reconhecimento em da comunidade quilombola, é considerada a importância da memória comunitária e a importância para a cultura da comunidade e a intenção do projeto em auxiliar na construção de uma economia solidária. Os moradores de que de outros. Se fazem um certo apoio por ser a escalarização física disponível.
APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE	TODOA COMUNIDADE RECONHECIMENTO TERRITÓRIO DE MORADORA	Conhecer os pontos principais da comunidade para os moradores e qual a relação e memória sobre com esse lugar, e partilhar sua entre os moradores que não conhecem o espaço ou a história.	Tudo dividiram em grupo, cada deveria contar membro da Comunidade Quilombola e colaboradores do projeto, então foram a pé pela comunidade, onde os moradores deveriam apresentar um lugar do ponto de vista importante em um prazo de vinte minutos. As retornaram os moradores deveriam trazer a discussão ao relacionar para onde levaram nos grupos e pontos.	LAZER: FOLIOLETO, CLAP DE MÚSICA E DANÇA RELEVANTES importantes por serem lugares de memória e conexão. Responderam que o tempo de uma caminhada é utilizado para a realização de festas e que este tempo foi muito pouco para os moradores. CASA DE ARQUITETURA CULTURA local onde fica guardada a memória da geração física, utilizada na Barra da Aroeira, que é uma comunidade quilombola.	FRAGA COBERTA: A sala de memória coletiva, que os moradores discutiram, não a comunidade, mas para auxiliar técnicas no caso quando que estiverem em comunidade. CONTINUA: Tem técnica de importância para manutenção do reconhecimento, mas que precisa ser mantida, uma vez que não se sentiram muito mais familiar foram orientados por uma identificação diferenciada e memória.	Existe um sentimento de pertencimento dos moradores com o lugar que vivem, técnica da importância de fazerem parte de um grupo quilombola e a preocupação em manter viva a memória coletiva.
CONSTRUÇÃO COM ADOBE	TODOA COMUNIDADE RECONHECIMENTO SAZONALIDADE RECONSTRUÇÃO	Conhecer a técnica de construção em adobe utilizada pelos moradores na cidade e difundir a mesma toda da comunidade.	Os moradores da barra quem esperaram para a equipe técnica de bioclimatologia como é realizada a construção em adobe. No primeiro momento fizeram relatos sobre a forma de confecção descobrindo as técnicas e materiais empregados. No segundo momento foi realizada uma demonstração prática desde a preparo da terra, ao moldar dos tijolos até a fase final que é o assentamento de parede.	Existem técnicas diferentes de construção com a terra e especificidade local e é necessário mais pesquisa para ser incorporado.	Existe a manutenção da memória e valorização do conhecimento empírico dos moradores que se preocupam em perpetuar o saber.	Experiência muito rica também para os alunos de Arquitetura e Urbanismo que com o uso de equipes KID, pois puderam aprender por meio de demonstração prática, um modo construtivo vernacular e sustentável.
RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO	TODOA COMUNIDADE RECONHECIMENTO LAPSO DE TEMPO	Identificação de questões relevantes para os moradores da Barra no núcleo. Exposição da dimensão territorial completa e parte de seu entendimento para comunidade, registrar os níveis e capacidade de produção dos moradores na escala de tempo.	Foram levados dois mapas da comunidade, um com a escala do núcleo e outro abrangendo todo território. Esse material foi impresso e compartilhado. Ao e citados em uma placa de apoio. O apoio permitiu a fixação de bandeirinhas confeccionadas para que a comunidade identificasse os pontos importantes nas duas escalas do território e realizasse o mapeamento.	Os moradores da Barra da Aroeira presentes no reunião se apropriaram da discussão da terra na escala núcleo e território, identificaram os locais que ocupam no espaço e por meio de discussões expuseram suas expectativas para o território.	Os moradores da Barra da Aroeira não tiveram dificuldade em se localizar no mapa com imagens de satélite, o que foi um recurso na elaboração do mapa.	Os moradores solicitaram a construção de um local próximo a 10 para a reprodução e manutenção física. Na uma reunião de conhecimento entre os membros da Barra da Aroeira, uma vez que não discutem técnicas, sempre presentes discussões entre membros para construir as suas construções e projetos.
FUNCIONAMENTO DA COOPERATIVA	TODOA COMUNIDADE COOPERATIVA AUTOGESTIONÁRIA	Demonstração do funcionamento da cooperativa autogestionária ao moradores da comunidade.	Na reunião de estudo de trabalho em cooperativa por meio de uma reunião. Durante a reunião, a reunião e estudo de trabalho em grupo e mais a demonstração de como funciona a estrutura da cooperativa, a partir de perguntas que abordaram continuamente o que seria para os membros e detalhes a nível. Os a experiência foi muito rica e a reunião resultou em um plano de trabalho e a realização de uma reunião de manutenção e cooperativa ou renovação do mesmo.	Com a realização desta oficina, os residentes da Barra da Aroeira presentes puderam ter uma ideia de como se dá o funcionamento da cooperativa autogestionária.	A retomada do funcionamento da cooperativa foi muito produtiva, os membros da comunidade puderam ter a prática do trabalho cooperativo. Se apropriaram bem das etapas e tiveram um bom entendimento.	

Figura 21 Quadro Síntese (Elaborado pela Autora)



Figura 25 Oficina com os Jovens (Maíra Silva)



Figura 24 Dinâmica Teia (Arquivo Raios de Sol)



Figura 23 Oficina Adobe (Arquivo Raios de Sol)



Figura 22 Debate sobre o território (Arquivo Raios de Sol)



Figura 26 Dinâmica Cooperativa (Arquivo Raios de Sol)

Durante as oficinas participativas, principalmente na de construção do espaço de morar, foi notado anseio, por alguns moradores, em reproduzir na Barra padrões e formas urbanas encontradas nas cidades que seguem a lógica do capital. Espaços que são produzidos por uma técnica fria descolada da realidade que mesmo em situações de planejamento e gestão não são sinônimo de promoção de conforto ou qualidade de vida (WHITAKER, 2012).

Isso levanta o delicado debate entre assimilação cultural e engessamento de comunidades. Apesar da inserção modos ou tecnologias diferentes não significar a quebra de relações ou retirada da definição de comunidade quilombola, um ponto importante a se ater e discutir com os moradores é de se esses anseios de reprodução urbanas tão diferentes da dos costumes locais realmente levam à comunidade qualidade conforto e segurança que almejam.

2.2 Oficina Território

A oficina Território foi a última realizada com a comunidade Barra da Aroeira, e importantíssima para a definição do uso do território e das diretrizes e propostas trazidas para o núcleo de moradias.

O objetivo da oficina foi apresentar para a comunidade os resultados obtidos através das análises físicas de solo e água realizadas pelo RdS, e de maneira participativa, dando protagonismo aos moradores, espacializar as atividades de plantio e criação de animais na escala território e núcleo de moradias, além de indicar a localização e restrições construtivas que deverão ser seguidas pelas edificações a serem implementadas na comunidade.

Para a realização da oficina houve um intenso trabalho de transcrição das informações, sendo a fase de elaboração do material um desafio para todos os integrantes responsáveis.

Os primeiros resultados da frente de solos eram muito complexos, os mapas tinham legendas longas e termos específicos, com sobreposições de informações que dificultavam o entendimento por pessoas que não eram da área.

A primeira ação foi transformar os resultados obtidos de “descritivos” para “indicativos”. Onde ao invés de dizer qual o tipo de solo existe na Barra o material deveria apontar as melhores coisas para se fazer em cada trecho do território. Assim foi realizado um

agrupamento dos tipos de solo com características afins, sejam de carência ou aptidão, e a partir disso foi definida uma escala de cores simples para demonstrar essas áreas.

Ainda nas reuniões iniciais foi constatada a necessidade de atenção com a escala trabalhada, por conta da leitura e diferença de resultados, uma vez que as ações de extensão geram impactos diferentes das criações e plantios de subsistência. Era primordial também que os moradores entendessem a dimensão do território completo e conseguissem diferenciar o que acontece no núcleo de moradias e na área de 1000ha.

Assim, para a oficina foram confeccionados dois mapas, um com o nome de “Território” (figura 27), que traz as aptidões do solo, contemplando os 1000ha e um outro com o título “Núcleo de moradias” (Figura 28) onde além das aptidões de subsistência, foram especializadas as edificações a serem construídas com Fundo de Combate à Pobreza administrado pela Secretaria de Agricultura – SEAGRO conquistado pela comunidade via Rds e NESOL.

Um ponto importante levado em consideração na elaboração do material era a apropriação por diferentes integrantes da comunidade, assim, além de cores simples as legendas traziam apenas figuras, onde ícones em verde indicavam os permitidos e propícios e em vermelho os restritos.

Os animais e plantas que compõem as legendas correspondem aos anseios e à capacidade de produção dos moradores da Barra da Aroeira. Esses itens foram levados também destacados com tamanho proporcional à escala do mapa e realidade para serem dispostos sobre o mapa com o auxílio de percevejos.

A oficina se iniciou no período da tarde. Em um primeiro momento houve a apresentação da equipe e dos levantamentos realizados, em seguida os moradores foram divididos em dois grupos. Cada grupo tinha um mapa na escala “Território, Núcleo de Moradias, além das legendas, ícones para serem especializados e um papel para anotar observações não previstas. Após a disposição das figuras por cada um dos dois grupos aconteceu uma discussão geral para definir de fato a disposição dos itens. Os moradores se apropriaram facilmente do material, e a discussão de núcleo de moradias e território foi facilmente entendida, uma vez que o tema já havia sido discutido em oficinas anteriores, a participação foi intensa e satisfatória. Abaixo as figuras 29, 30 e 31 mostram a participação nos moradores.



Figura 29 . Resultado das disposições das atividades (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 30 Moradora Patrícia apresentando decisões do grupo. (Arquivo Projeto Raios de Sol)



Figura 31 Moradora Andreza apresentando as escolhas do grupo (Arquivo Projeto Raios de Sol)

3 GT TERRITÓRIO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O Labcidades iniciou sua participação no Projeto Raios de Sol em 2017 na frente Território analisando com os moradores da Barra a melhor disposição das atividades e das moradias no núcleo de habitações e disposição das ações extensivas no território completo. Garantindo bom uso das vocações dos tipos de solo e a afirmação sobre seu território

Houve uma interdisciplinaridade muito rica nos apontamentos técnicos com reuniões semanais, onde outras universidades fizeram levantamentos e análises específicas de água e saneamento, solos, capacidade produtiva, além de agroflorestal e preservação com resultados que caracterizam o território por completo e destacam as melhores áreas do ponto de vista técnico. São esses os resultados trazidos aqui a fim de compor o diagnóstico físico da área.

3.1 Agroflorestal

Nos estudos agroflorestais, organizados pelo Ricardo Haidar⁸, houve a caracterização da cobertura vegetal existente na comunidade, bem como áreas de degradação e então ações de restauração e enriquecimento da cobertura vegetal Figura 32.

Durante as análises foram coletados os anseios de produção dos moradores da Barra e de acordo com as condições locais foram delimitadas as capacidades de criação e plantio descritos da figura 33. Esses dados foram apresentados na oficina de ordenamento, e foram essenciais para a distribuição conforme vocação do solo. A análise agroflorestal também contribuiu na delimitação do perímetro definido como reserva na comunidade.

Houve ainda a ação de coleta, plantio, monitoramento e avaliação de restauração e enriquecimento da cobertura vegetal na área Quilombola Barra da Aroeira, um importante momento de contato com os moradores e troca de conhecimento Figuras 34,35 e 36.

⁸ Colaborador mediante parceria do projeto com o Ruraltins (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins)



Figura 32 - . Demarcação de áreas a serem trabalhadas. (Ricardo Haidar)

DEMANDAS PARA A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL

Núcleo de Produção	Área Necessária (hectares)	2ª fase expansão
PROCESSO PRODUTIVO DA MANDIOCA	16	
PROJETO PRODUTIVO DE HORTICULTURA	1	
PROJETO PRODUTIVO DE MILHO E OUTROS GRÃOS	10	
PROJETO PRODUTIVO DE GALINHA CAPIRA	1	
PROJETO PRODUTIVO DE SUINOCULTURA	1	
CRIAÇÃO DE GADO (CORTE E LEITEIRO)	100	160
SISTEMAS AGROFLORESTAIS		toda a reserva legal
SETOR ADMINISTRATIVO	0,5	1
NÚCLEO URBANO	50	100

Figura 33 . Tabela de capacidade de produção. (Arquivo RdS)



Figura 35 Etapas alcançadas (Ricardo Haidar)



Figura 34 Síntese Atividades realizadas (Ricardo Haidar)



Figura 36 Semeadura direta. (Arquivo RdS)

3.2 Solos e Topografia

A avaliação dos atributos físicos do solo bem como sua vocação são itens essenciais na tomada de decisões para a disposição dos usos em uma determinada área⁹.

Os levantamentos e coletas de amostras foram realizados pelos colaboradores da Universidade Estadual Do Tocantins (Unitins) pela professora¹⁰ Michelle Ramos e resultaram em dois sistemas de análise.

Assim, inicialmente foi elaborado um mapa com a classificação detalhada dos solos dentro da área da comunidade, a partir das análises dos pontos de classificação, amostras complementares, além de delimitações feitas por fotometria. Segue o mapa 1 de tipos de solo:

Em seguida, os dados foram sobrepostos ao mapa de hipsometria da comunidade, que foi elaborado a partir da manipulação da base de dados fornecida pelo IFTO

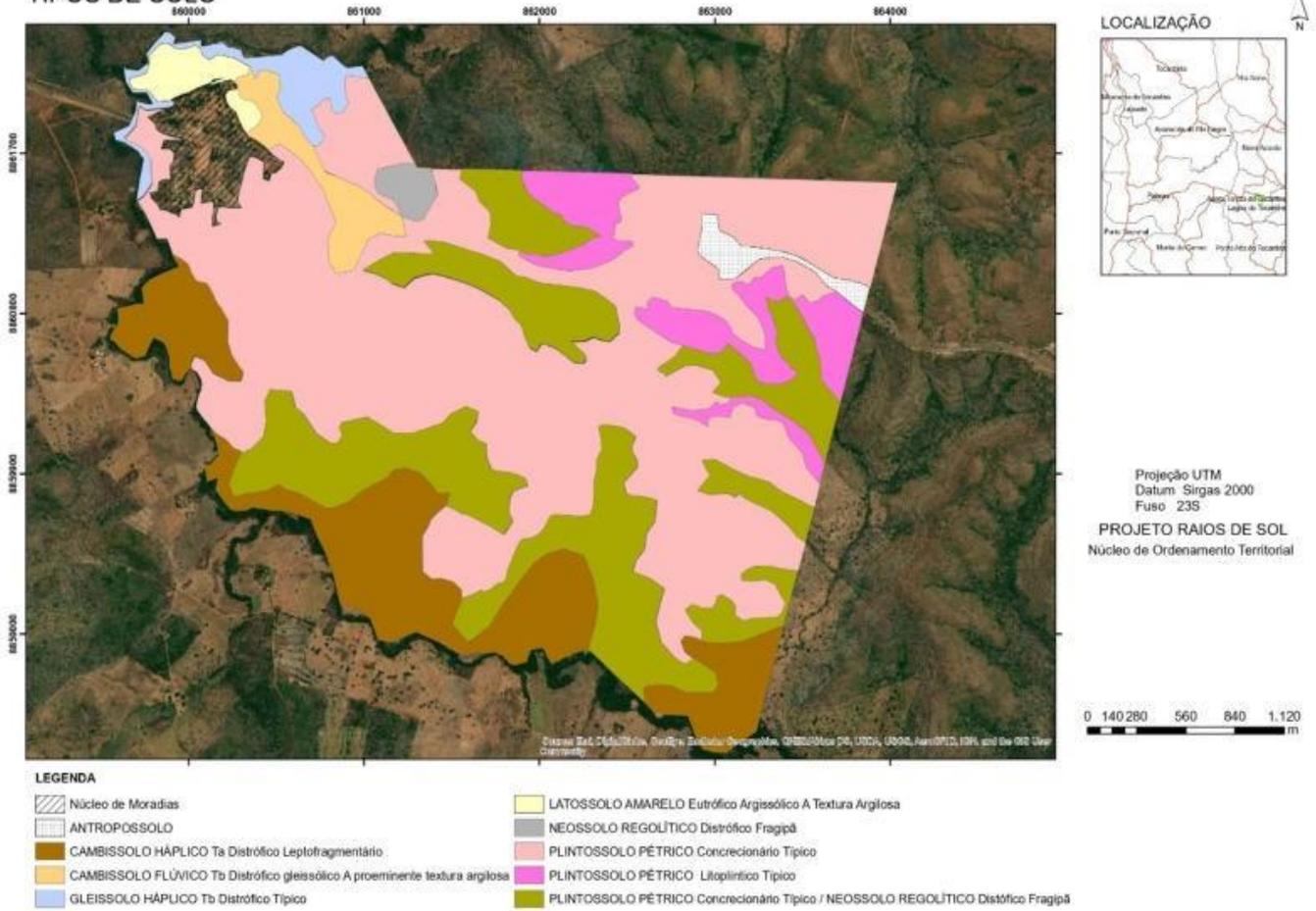
Após o levantamento de todas as considerações citadas anteriormente, foram elaborados os mapas para ilustrar as delimitações das potencialidades da área a partir da aplicação dos sistemas de classificação de uso do solo (Mapa 2).

A etapa seguinte foi a aplicação dos sistemas de classificação pela Aptidão Agrícola e Capacidade de Uso do Solo, foi elaborado síntese que pudesse ser trabalhado com a comunidade na oficina de maneira q facilitar a visualização e compreensão das recomendações (Mapa 3) sendo uma união das observações dadas dos dois sistemas utilizados. Ainda para este mapa foi desenvolvida uma legenda que faz uso de ícones e cores.

⁹ Como métodos de análise do potencial de terras foram usados o Sistema Brasileiro de Classificação da Capacidade de Uso e o Sistema de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras.

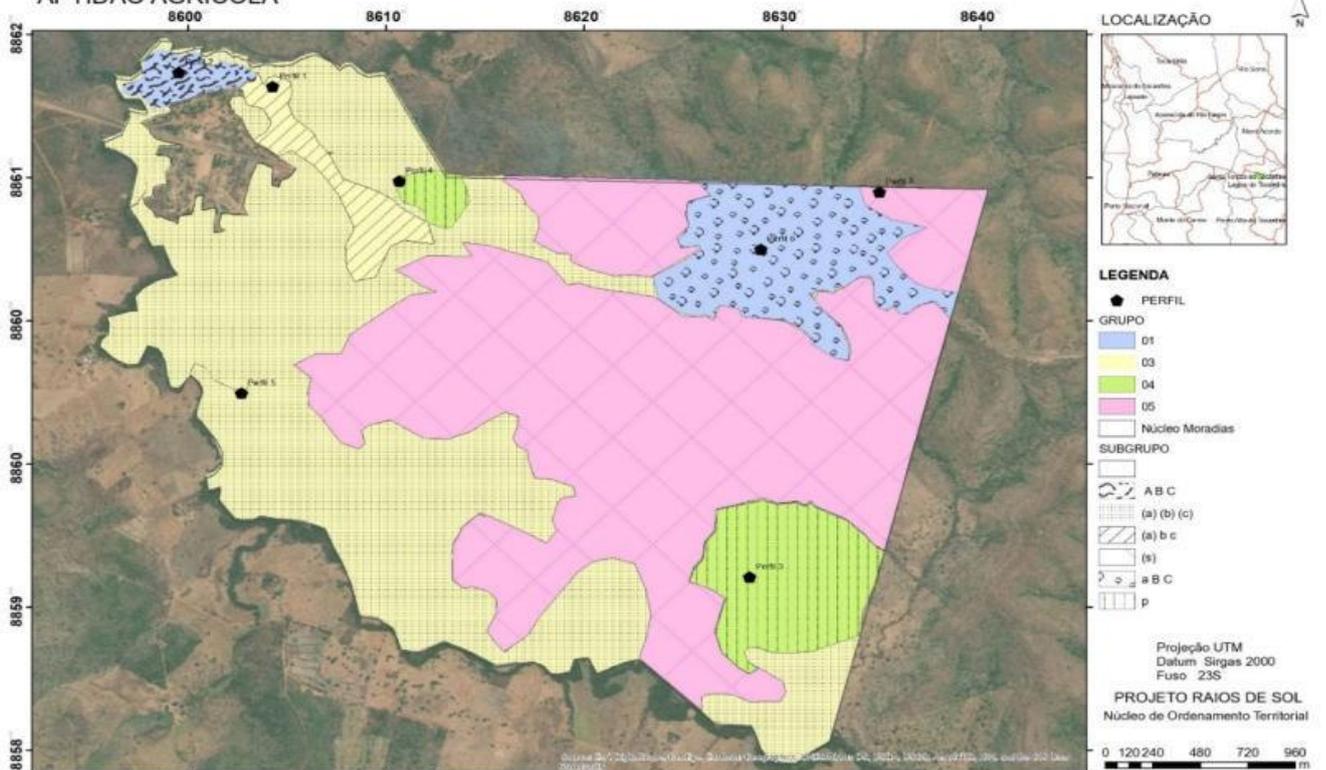
¹⁰ Também participaram estudantes do curso de Engenharia Agrônômica da Universidade Estadual do Tocantins

TIPOS DE SOLO

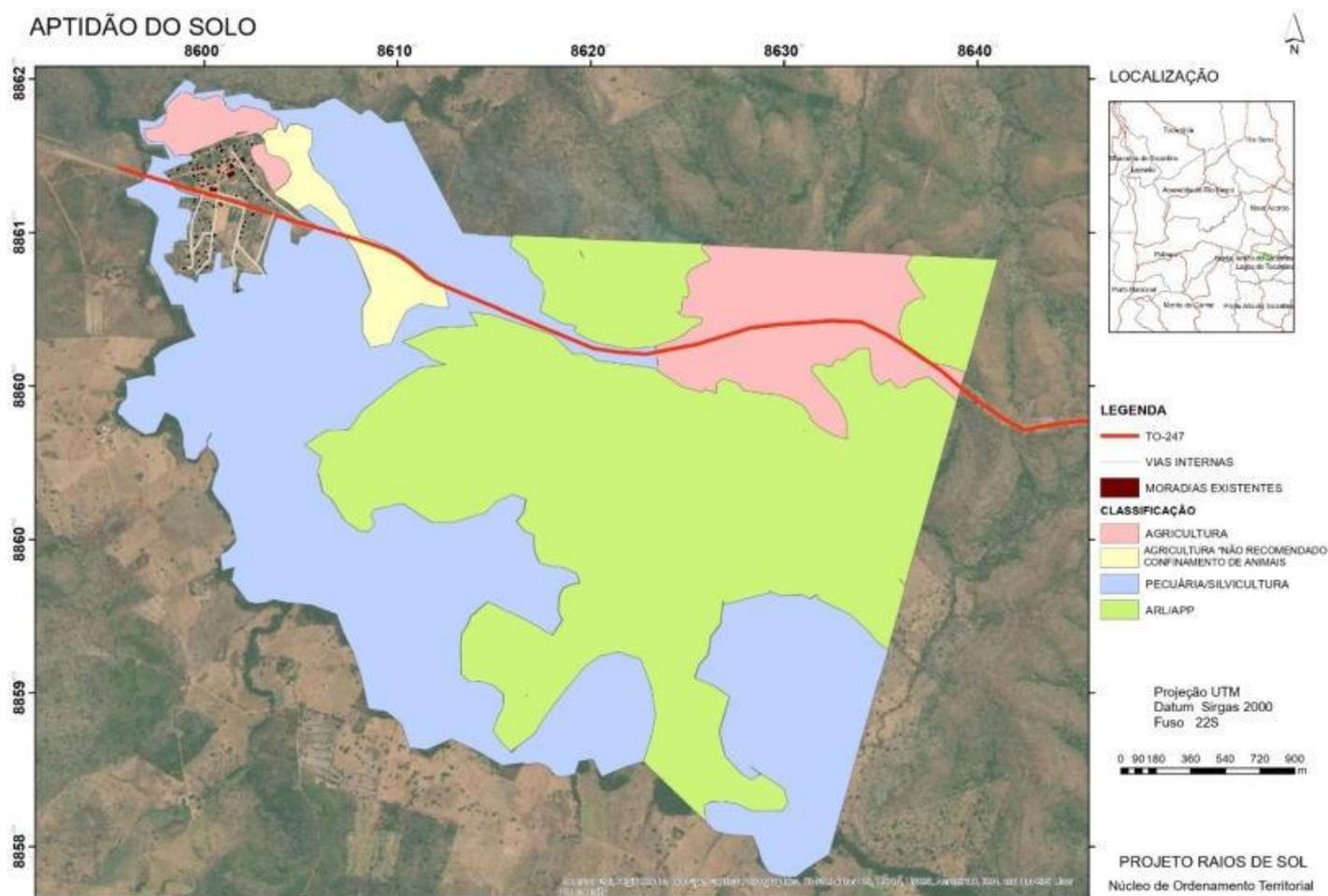


Mapa 2 Tipos de Solo (Elaborado pela autora)

APTIDÃO AGRÍCOLA



Mapa 1 Aptidão Agrícola (Elaborado pela Autora)



Mapa 3 Aptidão do Solo (Elaborado Pela Autora)

3.3 Água

Uma constante queixa dos moradores da comunidade Barra da Aroeira é a baixa qualidade da água de consumo. O abastecimento se dá por meio de poços artesianos e não passam por tratamento antes de ser utilizada.

Assim, comunidade foi realizada análise da potabilidade da água por meio da combinação de métodos físico-químico e microbiológico com intuito de apurar condições de qualidade para o consumo humano, a frente de buscas e coletas foi realizada pela professora Aymara Collen da Universidade Estadual do Tocantins e as análises foram feitas no laboratório do Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins. Os resultados podem ser vistos nas figuras 37 e 38.

As coletas foram realizadas em quatro pontos da comunidade, duas nos córregos que passam ao redor da área, em um poço local e na casa de farinha. Os parâmetros de potabilidade são estabelecidos pela Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

É de extrema importância que os padrões de qualidade da água sejam confirmados, para que sejam destinadas para fins específicos ou indicadas formas de faze-la potável, evitando doenças que podem ser causadas pelo uso e consumo de água contaminada. Abaixo tabelas síntese que apontam os locais de coleta e a situação das análises encontradas.

Alguns itens ficaram ainda em aberto para projetos futuros de análise de capacidade hidrológica, como análise do potencial hídrico para organização sustentável da produção comunitária e abastecimento urbano e plano de manejo das águas e de saneamento ecológico.

Espacialização	Observação <i>in locu</i>	CONAMA 357/430	CONAMA 369	PORTARIA N° 2.914 – MINISTÉRIO DA SAÚDE
Ponto 1	Casa de Farinha - Poço subterrâneo	A presença de microrganismos nocivos a saúde humana está acima do estabelecido como padrão (ausente em 100ml). Portanto, a água encontrada nesse local, não atende a esta resolução.	Não atende devido a alta concentração de microrganismos nocivos a saúde humana, como Coliformes Totais e E. coli.	A água encontrada nesse local não atende aos critérios de potabilidade, ou seja, imprópria para o consumo humano.
Ponto 2	Casa da Dona Ivanilde (casa com banheiro) - Poço subterrâneo; - Fossa Sanitária.	A presença de microrganismos nocivos a saúde humana está acima do estabelecido como padrão (ausente em 100ml). Portanto, a água encontrada nesse local, não atende a esta resolução. Além da concentração de metais como o ferro fora do padrão estabelecido. A concentração padrão de Ferro é de 0,3 MG/L. O encontrado foi de 1,09mg/L	Não atende. Devido a alta concentração de microrganismos nocivos a saúde humana, como Coliformes totais e E. coli.	A água encontrada nesse local não atende aos critérios de potabilidade, além de apresentar grande concentração de bactérias, ferro e a cor estão fora dos padrões. O estabelecido nessa portaria foi que a concentração de ferro não deve ser superior a 0,3 mg/L e o encontrado foi de 1,09. O mesmo acontece com a cor aparente, estabelecida como 15 UC, o encontrado foi de 111UC.
Ponto 3	Rio Aroeira (Próximo a pastos, agricultura familiar, afloramentos rochosos)	Não atende. Ph abaixo do estabelecido (6,0 á 9,0) o encontrado foi de 5,22 e presença de microrganismos nocivos a saúde humana. Além da concentração de como o ferro superior ao estabelecido de 0,3mg/L foi encontrado 1,09mg/L .	Não atende. Ph abaixo do estabelecido e presença de microrganismos nocivos a saúde humana.	Não atende. Concentração elevada de metais, como o ferro, e ainda apresenta microrganismos nocivos a saúde humana e Ph abaixo do estabelecido.
Ponto 4	Rio Brejo Grande (em cima de uma ponte, entrada da localidade)	Não atende. Presença de microrganismos nocivos a saúde humana.	Não atende. Presença de microrganismos nocivos a saúde humana.	Não atende. Concentração elevada de metais como ferro e manganês, além da turbidez, cor aparente e presença de microrganismos estarem fora do padrão estabelecido por esta portaria.

Figura 37

Registro Fotográfico	Coordenadas Geográficas	Observação <i>in locu</i>	Parâmetro
	Ponto 1: Geográficas: Latitude: 10.2799° Longitude: 47.7151° UTM X: 202589 Y: 8862378	Casa de Farinha - Poço subterrâneo.	Potabilidade (Contexto indireto com Resolução CONAMA nº 357/2005 e 430/2011)
	Ponto 2: Geográficas: Latitude: 10.2811° Longitude: 47.7136° UTM X: 202754 Y: 8862246	Casa da Dona Ivanilde (casa com banheiro) - Poço subterrâneo; - Fossa Sanitária.	Potabilidade (Contexto indireto com Resolução CONAMA nº 357/2005 e 430/2011)
	Ponto 3: Latitude: 10.2757° Longitude: 47.7114° UTM X: 202991 Y: 8862846	Rio Aroeira (Próximo a pastos, agricultura familiar, afloramentos rochosos)	Potabilidade (Contexto indireto com Resolução CONAMA nº 357/2005 e 430/2011)
	Ponto 4: Latitude: 10.2789° Longitude: 47.7169° UTM X: 202391 Y: 8862487	Rio Brejo Grande (em cima de uma ponte, entrada da localidade)	Potabilidade (Contexto indireto com Resolução CONAMA nº 357/2005 e 430/2011)

Figura 38

4 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

4.1 Tabela Síntese de problemas e potencialidades

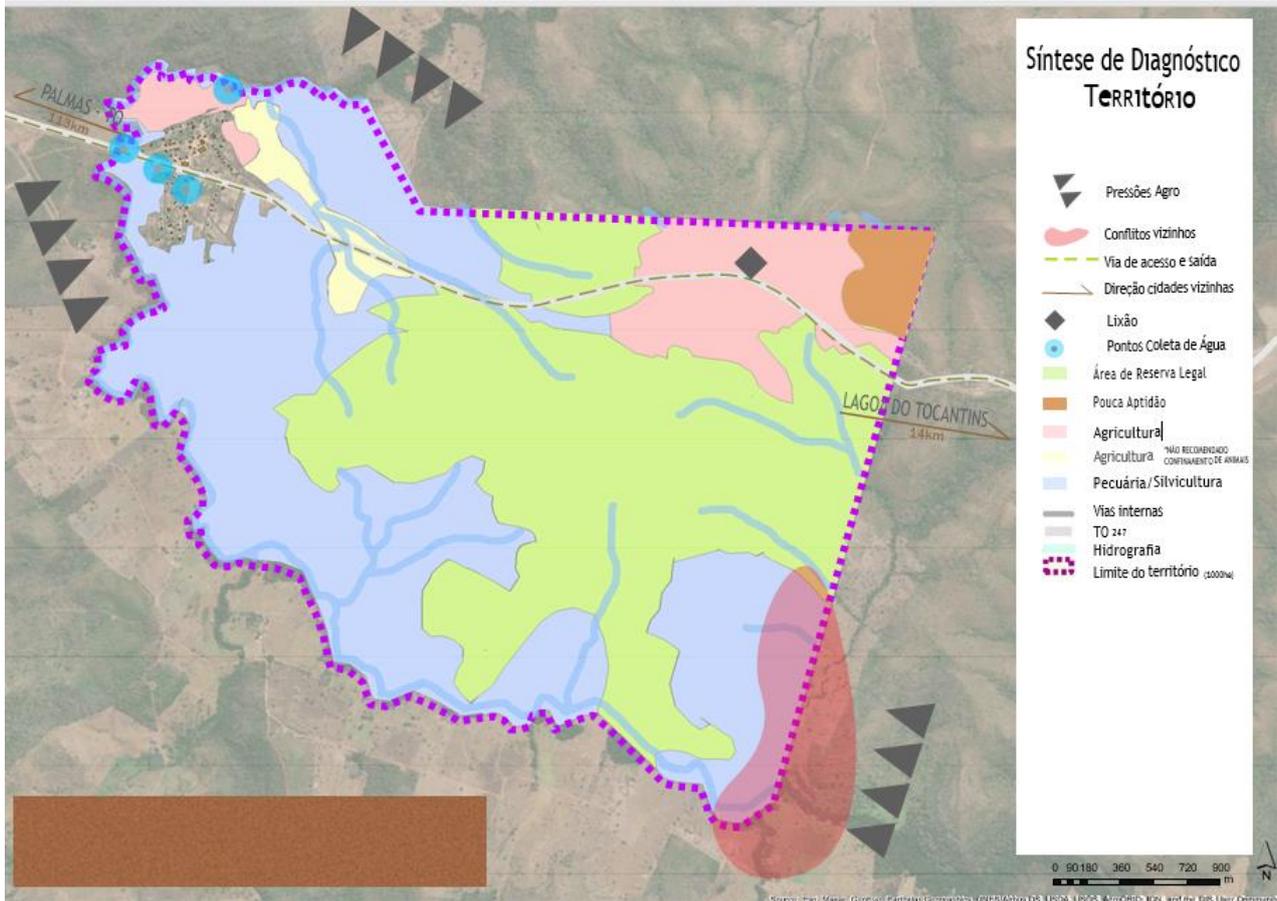
PROBLEMAS

- Transporte público ineficiente
- Via de alto impacto dentro da comunidade
- Descarte de lixo em área de potencial produtivo
- Conflitos e tensões promovidos pelo agronegócio
- Perda de território
- Ausência de infraestrutura
- Ausência de Tratamento de água
- Falta de saneamento
- Território sem titulação
- Carência de equipamentos de lazer;
- Carência de equipamentos públicos
- Equipamentos Precários
- Ausência de espaços públicos
- Baixa Renda
- Moradias precárias
- Dependência de cidades vizinhas
- Certa insegurança a respeito do projeto

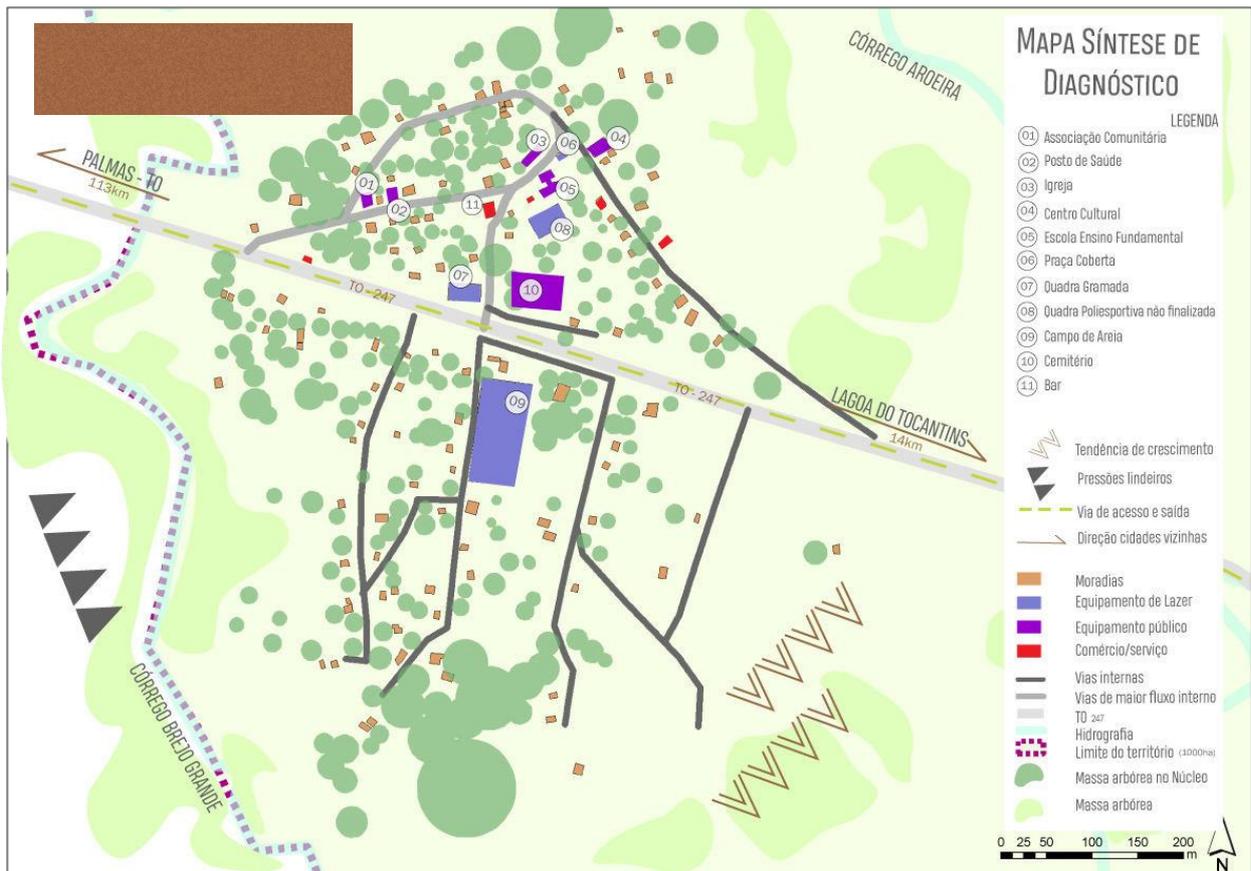
POTENCIALIDADES

- Rota de fácil acesso
- Muitas áreas produtivas na escala território
- Terras do núcleo de habitações produtivas
- Núcleo compacto
- Recursos hídricos
- Áreas Livres
- Presença de massa arbórea significativa
- Boas relações de vizinhança
- Relação de respeito com os recursos naturais
- Mobilidade ativa
- Compartilhamento de experiências
- Bioconstrução
- Atividades de artesanato
- Atividades de subsistência
- Senso de comunidade quilombola
- Articulação comunitária interna
- Boa colaboração com o projeto
- Boa apropriação das discussões

4.2 Mapa Síntese Escala Território



4.3 Mapa Síntese Núcleo de Moradias



5 PROJETANDO O ESPAÇO DE MORAR

A elaboração deste ante projeto de ordenamento territorial segue, acima de tudo, as necessidades e anseios da comunidade quilombola captados através das visitas e oficinas participativas, que junto dos levantamentos físicos possibilitaram uma caracterização precisa e um diagnóstico fiel.

A divisão núcleo e território foi adotada na oficina com a comunidade, na caracterização e trazida aqui por permitir que cada escala seja tratada de maneira próxima, com atenção às especificidades que apresentam.

Em ambas escalas é apresentado um esquema de diretrizes com os itens que balizam e norteiam as propostas de intervenção seguindo o partido definido

5.1 Partido: A Identidade Quilombola

O território foi protagonista para essas comunidades tradicionais desde a constituição dos primeiros quilombos. O estabelecimento de morada e subsistência promovido pela terra faz desta um item que compõe a identidade cultural do povo quilombola, uma terra que permitiu autonomia, e que recebeu todas as relações sociais da maioria dos membros desde sua infância.

Tendo essa forte relação entre terra e identidade e entendendo também a capacidade desta em promover benefícios socioeconômicos, as diretrizes e propostas do projeto partem reconhecendo a necessidade e com a intenção de evidenciar e reforçar a identidade tradicional da comunidade quilombola, isso para a escala núcleo e território.

5.2 Indicação De Uso Do Território

Para o uso da área de 1000ha, que tratamos aqui como território, a disposição dos usos corresponde às atividades extensivas, seguindo os princípios de sustentabilidade, uso compartilhado dos recursos, além de corresponder às aptidões físicas do solo e os anseios da comunidade a serem desenvolvidos de maneira conjunta. Abaixo esquema de indicação para a escala território.

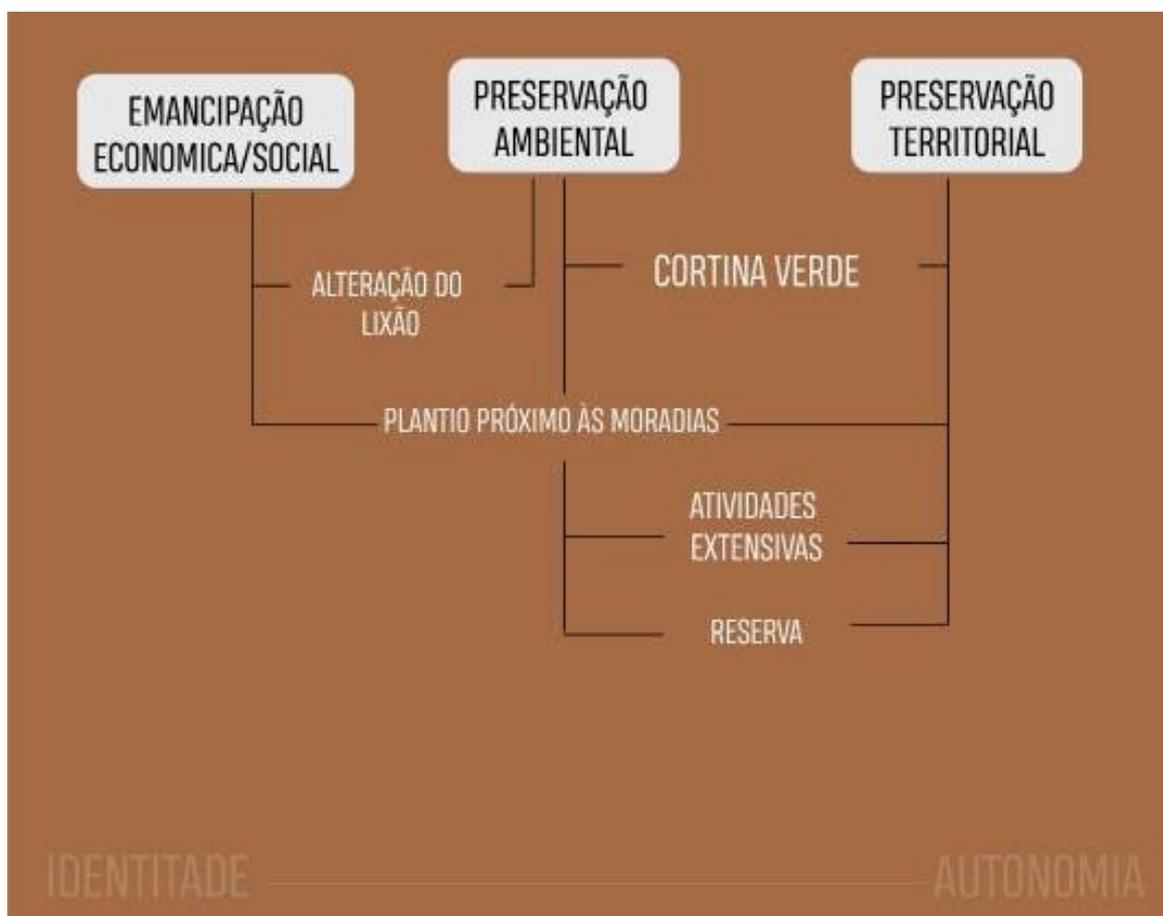


Figura 39 Indicação Escala Território

O ordenamento do território é de fundamental importância, para garantir um uso sustentável dos recursos, uma ocupação eficiente e auxiliar na defesa da demarcação da área quilombola, constantemente ameaçada pelo cinturão do agronegócio. Assim, além dos anseios de produção é necessário que sejam demarcadas áreas de reserva ambiental e proteção vegetal. A área de reserva foi selecionada com base no estudo agroflorestal, solos e altimetria e então definida com a comunidade.

A criação de animais para corte e leite foi locada com a comunidade em uma área com capacidade de suportar o peso e dejetos dos animais, e promover alimento a estes. Além

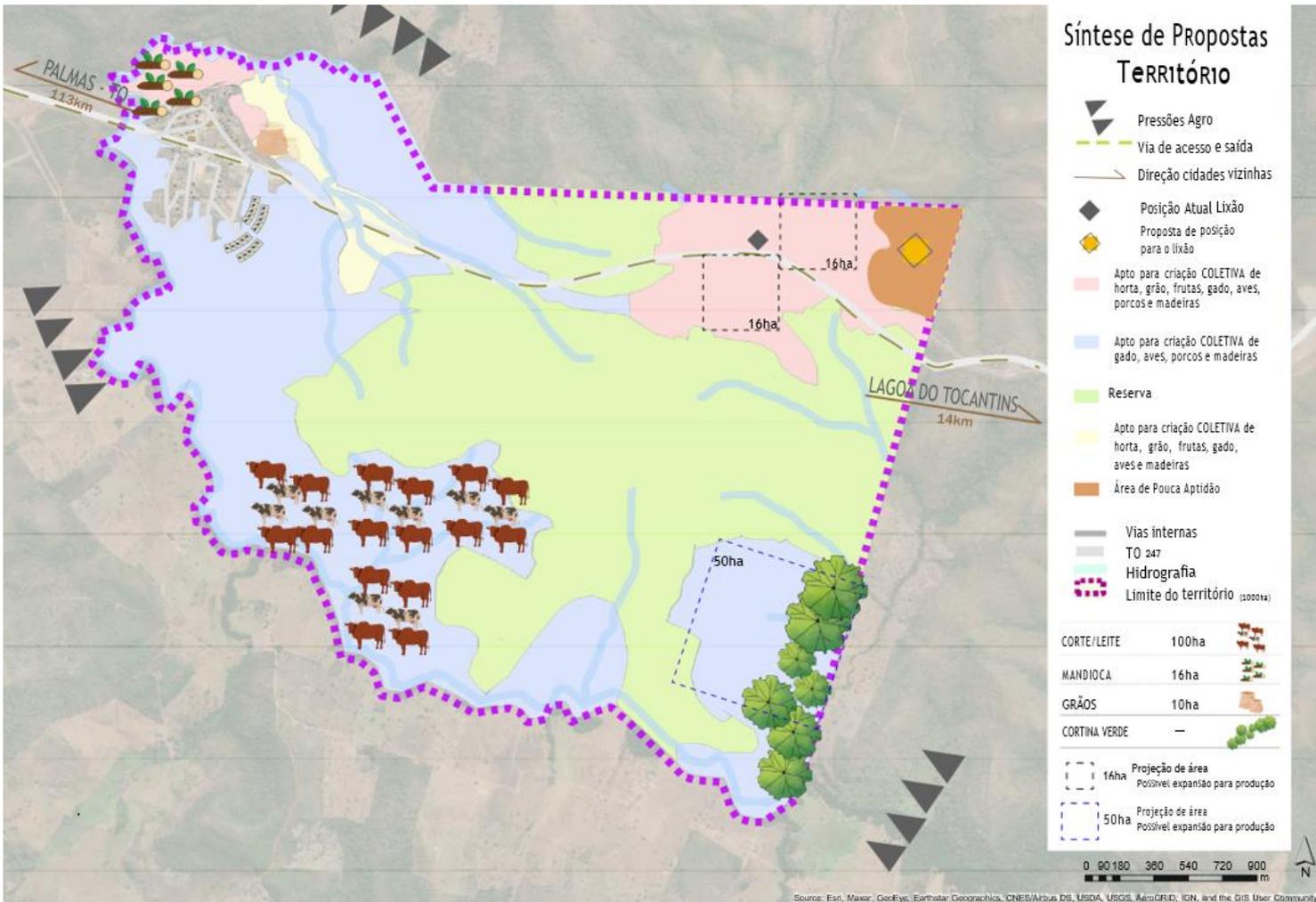
disso se instaura auxiliando a demarcação do território. Em caso de intensificação da produção os animais podem se localizar próximo à cobertura vegetal instituída para auxiliar na defesa e filtragem da poluição promovida por fazendas vizinhas.

As áreas com maior aptidão agrícola ficam ao redor das casas e foram definidas o mais próximo possível do núcleo de moradias, de forma a facilitar o acesso e acompanhamento das atividades agrícolas pelos moradores.

O lixo na comunidade é descartado a céu aberto em uma área que não recebe tratamento para esse fim e se posiciona em uma porção privilegiada em relação à capacidade de uso do solo. Nesse sentido, prevê-se uma alteração do ponto de descarte do lixo para o município de Santa Tereza, que conta com área propícia ou mesmo para a região demonstrada em laranja que não demonstra facilidade para criação ou plantio. E assim em caso de intensificação da produção, após devidas correções, fazer uso da área que recebia o descarte de lixo.

O núcleo de moradias se situa em uma região de solo apto, o que facilita o desenvolvimento das atividades de subsistência em pequena escala, e produção individual além das ações comunitárias.

A seguir mapa síntese de disposição das atividades no território com as projeções das atividades passíveis de serem desenvolvidas com os recursos existentes e projeções das áreas a serem ocupadas em caso de intensificação da produção:



Mapa 4 Síntese de Propostas Para a escala Território

5.3 Diretrizes E Propostas Para O Núcleo De Moradias

Neste anteprojeto foram trazidas três diretrizes, baseadas no partido, que direcionam as propostas para a Barra da Aroeira. As diretrizes atuam em 3 eixos que se relacionam entre si e dividem propostas. Dentre as propostas foram adicionados a espacialização dos itens arquitetônicos e de infraestrutura que serão implantados na Barra e foram conquistados mediante o edital do Fundo de Combate à Pobreza administrado pela Secretaria de Agricultura – SEAGRO.

As diretrizes de projeto são Emancipação Econômica e Social; Preservação Ambiental e Preservação Cultural.

A Emancipação Econômica E Social diz respeito às ações que propiciem uma ocupação humana do território mais saudável e confortável do ponto de vista infraestrutural, sabendo da relação direta que existe entre as redes básicas de distribuição e condução, saneamento e qualidade de vida.

Como já discutido, o modo de vida das comunidades tradicionais se opõe à produção capitalista de exploração predatória, reproduzida nas cidades e até mesmo no campo pela agroindústria. As comunidades tradicionais tem por costume o respeito ao meio ambiente, seja fauna ou flora e às coletividades. Assim se percebe dois pontos fortes de resgate da Identidade que são trazidos como diretrizes de projeto Preservação Ambiental e Preservação Cultural. Na construção das propostas houve uma ligação muito intensa entre as duas frentes, onde as propostas aparecem de modos diferentes, mas com o mesmo objetivo.

Isso desenha uma importância de se preservar as comunidades tradicionais, além do seu direito básico universal, elas representam a constituição básica do povo brasileiro ao passo a preservação dos remanescentes florestais está diretamente relacionada ao seu modo de vida, o que faz sua presença fundamental para a própria conservação ambiental.

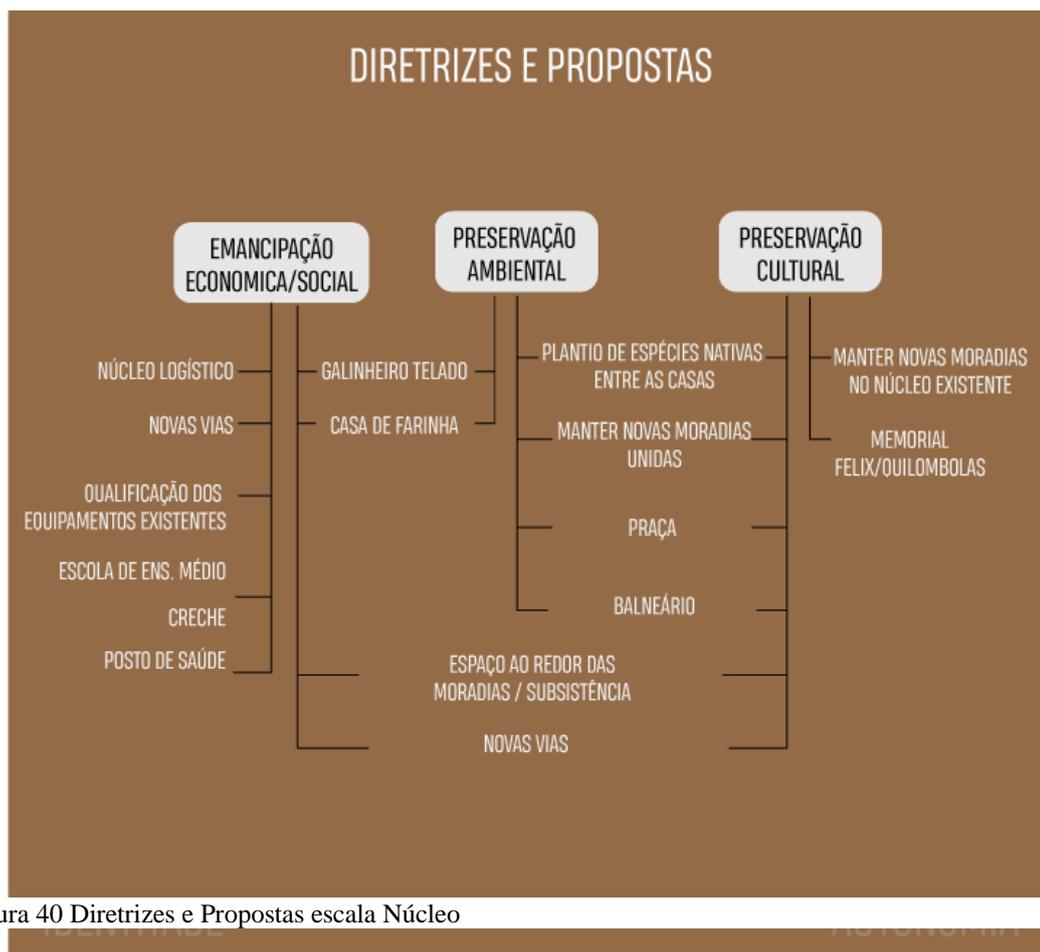
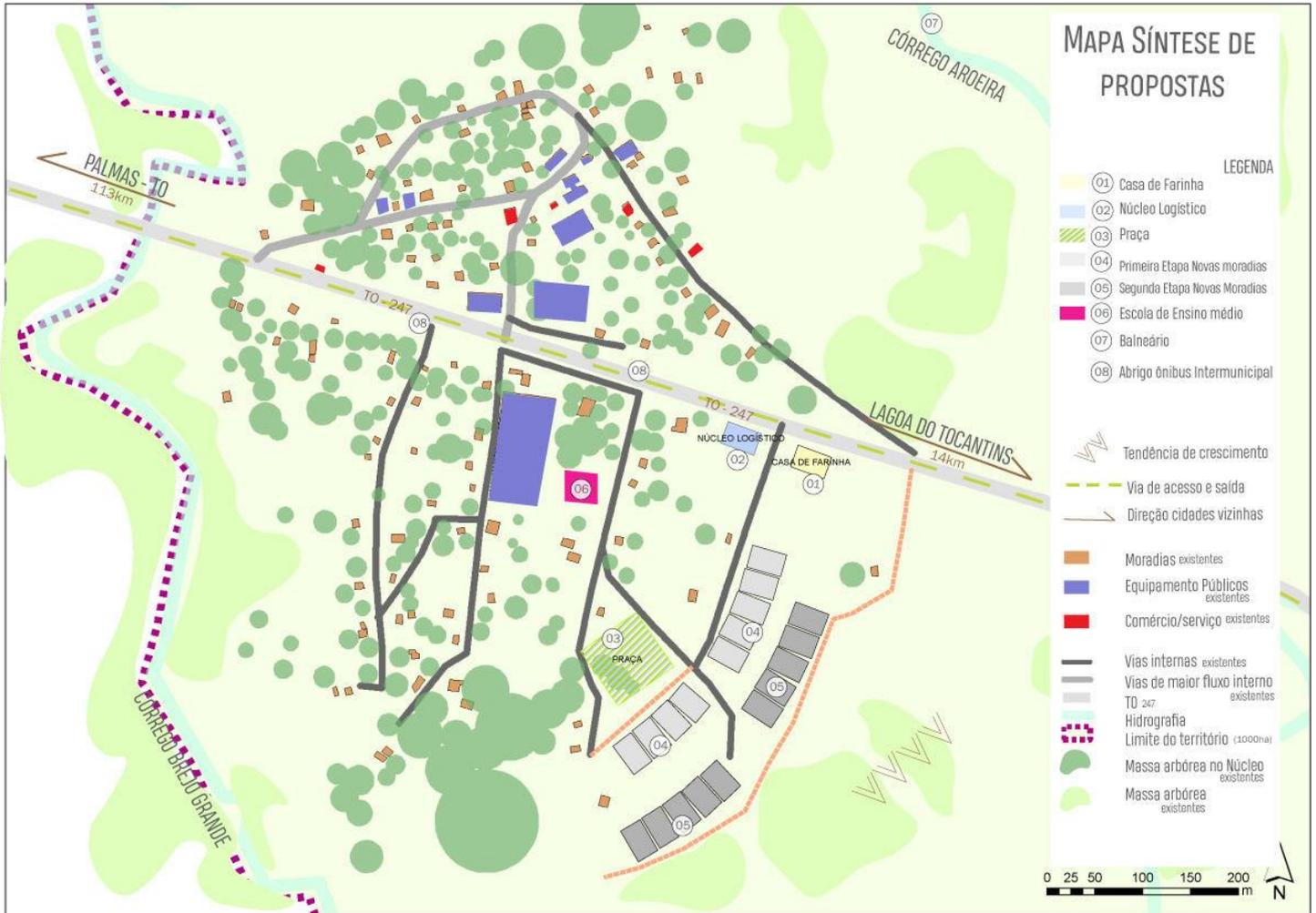


Figura 40 Diretrizes e Propostas escala Núcleo



Mapa 5 Síntese de Propostas para Escala Núcleo

5.4 Memorial De Propostas Para O Núcleo De Moradias

Na etapa de definição das diretrizes e propostas é comum que estas se cruzem, fazendo com que uma única proposta contemple mais de uma diretriz. Isso aconteceu com frequência na elaboração do projeto para a comunidade, dessa maneira, neste memorial os itens serão trazidos por proposta e quando esta corresponder a mais de uma diretriz as justificativas serão apresentadas no mesmo texto corrido.

Plantio de espécies nativas: O costume de ficar sob árvores que existe na comunidade é uma maneira de preservação cultural, nestes momentos os moradores ficam próximos em um momento propício para diálogos, sejam sobre o presente, passado ou futuro, constituindo um lugar.

Ao se plantar espécies nativas ocorre a preservação da flora e fauna locais, algo que também reforça a identidade da comunidade ao resgatar ou perpetuar na memória componentes do lugar.

Ao se falar de espécies nativas frutíferas ocorre também reforço da segurança alimentar, onde em diferentes épocas do ano os frutos são um complemento.

Os levantamentos realizados pelas frentes de Agrofloresta trazem as principais espécies existentes na comunidade e servem de suporte nesse momento.

Manter novas moradias unidas: A implantação das novas moradias foi intensamente debatida pela comunidade, depois de muito diálogo. Estabeleceu-se que as residências serem construídas devem formar um núcleo agregado a comunidade. Essa configuração evita que seja ocupada de maneira inapropriada o perímetro que a comunidade deixa ao redor de toda residência, seja para subsistência, seja para abrigar um filho ou outro parente que queira morar mais próximo.

Na questão ambiental, essa ação agiliza a etapa de construção das moradias, além de proporcionar uma obra mais limpa e econômica facilita a implantação das redes de saneamento.

Manter novas moradias no núcleo existente: Agregar as moradias que serão construídas ao núcleo existente contribui com a manutenção cultural. A proximidade física entre as pessoas é fundamental para questionamento, articulação, mobilização, (ARANTES 2008). Além de permitir que os deslocamentos continuem sendo majoritariamente a pé evita uma possível cisão simbólica.

Balneário: Essa opção de lazer foi levantada pela comunidade durante a oficina de reconhecimento do território. A potabilidade é uma chave para a possibilidade desse uso aos recursos naturais locais, que segundo o levantamento indica ser propícia. Incentivar o lazer natural fomenta a preservação ambiental, uma vez que os moradores fazem o uso eles se reconhecem também responsáveis pela área. Lugares de convivência são essências para que as trocas continuem a acontecer e os saberes perpetuados, por se tratar de um lazer natural ocorre também o resgate com a identidade da comunidade tradicional que está intimamente relacionada à preservação.

Praça: Esse espaço livre foi instituído por seu caráter público e que valoriza o meio ambiente natural. Pretende-se seguir com o plantio de árvores nativas da área.

Para o local da praça foi selecionada uma área com vias já utilizadas pela comunidade, isso facilita a apropriação dos moradores, a disposição das vias faz também com que a praça seja um marco visual na comunidade por estar em um ponto de convergência. O ponto escolhido também conta com árvores já existentes outro item que auxilia da rápida identificação e apropriação da área. Além disso, a posição da praça também reforça a conexão ao novo núcleo de moradias ao se constituir como um centro.

O programa da praça traz referenciais estéticos e simbólicos para a constituição da memória e traz lugares com funções socializar, integrar e proporcionar lazer a comunidade.

Memorial: Entre os itens simbólicos que serão trazidos na praça o memorial é uma proposta arquitetônica que tem a intenção de transmitir os fatos significativos da construção da história quilombola Barra da aroeira e dessa maneira contribuir com o resgate e manutenção da identidade.

Galinheiro Telado: Este item faz com que a criação seja em um lugar específico e tratado, o que impede a degradação da natureza. A construção de uma estrutura otimiza a criação já praticada na comunidade.

Casa de Farinha: A casa de farinha é um dos edifícios que serão construídos por meio de edital. Essa edificação representa uma importante conquista do ponto de vista da segurança econômica, ao tecnicizar a produção permitindo uma expansão da mesma.

As atividades empregadas pela casa de farinha exigem cuidados quanto a sua implantação, por isso ela foi locada na extremidade do núcleo de moradias existentes, longe de qualquer curso d'água, mas com vias de acesso direto por dentro da comunidade e em frente a TO- 247, que facilita entrada de insumos e saída de produtos.

Por se tratar de um ofício tradicional, incentivar essa atividade é uma maneira também de reforçar a identidade da comunidade.

Novas Vias: As novas vias na comunidade facilitam o acesso ao meio do núcleo, favorecem os deslocamentos a pé e formam uma ligação entre a Barra existente e a área que recebera novas moradias, fugindo do aspecto enrijecido da quadrícula, as vias propostas aparecem quase que em um sentido radial, atendendo à morfologia local.

Qualificação Equipamentos existentes: Os equipamentos comunitários promovem qualidade de atendimento e plena função do espaço proposto, funcionam também como locais de socialização.

Escola de Ensino Médio: Uma escola de ensino médio na comunidade oferece mais infraestrutura com potencial para ser de uso público, mantém os jovens na comunidade, sem precisarem ir para a escola agrícola ou se deslocarem todos os dias até Santa Tereza, além de ser um local com vocação para perpetuar a cultura quilombola.

Quintais: Na comunidade, a justa distribuição dos espaços de morar promove preservação cultural, segurança alimentar e autonomia desta população, uma vez que garante espaço além da residência uma área que contribua na subsistência, permitindo uma pequena criação de animais ou roça.

Os moradores da Barra possuem um forte senso de coletividade e isso também ocorre com a apropriação da terra. Embora a terra ainda não seja titulada, e esta esteja em situação judicial, os moradores da Barra entendem que todo o território pertence simultaneamente a todos os moradores. Na escala núcleo não existem muros para compor a divisão do terreno de maneira a delimitar o espaço entre as casas ou compor “lotes”. No entanto, moradores possuem um senso de individualidade, onde os integrantes da comunidade entendem o espaço de morar como algo que avança além das paredes das casas, e compreende o espaço ao redor de cada edificação, onde é deixada uma área livre. Nesta os moradores também constituem seu uso particular, sendo ocupadas tanto para pequenas produções ou criações de pequenos animais, ou mesmo para locar algum novo parente. Assim na disposição das novas moradias deve existir um perímetro de aproximadamente 35m, que circunde os 4 cantos de cada edificação de garantindo a manutenção do modo de viver da comunidade.

Proposta semelhante aconteceu na com o Movimento Sem Terra (MST) na Comuna Urbana D. Hélder Câmara que acontece na cidade de São Paulo onde cada “lote” tem espaço para uma produção doméstica e ao redor em terras maiores, se produz de maneira comum e cooperada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade capitalista que estamos inseridos de trabalho assalariado, exclusão social e desemprego estrutural e deixa à margem as comunidades tradicionais, é importante que estas resgatem e reforcem seus costumes e reencontrem sua emancipação social.

Isso que o projeto visa, que os moradores tenham autonomia e qualidade de vida através de relações sociais baseadas na solidariedade, cooperação e autodeterminação coletiva

Para a comunidade o território já é assim, os lotes não tem delimitação marcada e quando o processo de titulação for finalizado for finalizado, as terras serão concedidas como coletivas e não como individuais. Sendo as terras da Barra geridas e usufruídas por todos moradores da Barra.

A Barra sofre com a ineficiência da justiça e com as pressões agrícolas que avançam e invadem fisicamente seu território de já restrito à 1000Ha, e vive com a possibilidade de intoxicação da sua produção orgânica pelos aditivos agrícolas nas fazendo vizinhas.

Hoje, tramita o recurso solicitado pela assessoria jurídica da Barra, que visa a possibilidade de conferir o processo que concedeu o uso da terra e que pode garantir a titulação definitiva dos 1000ha.

Todo o processo de resgate das atividades e levantamentos foi muito rico, uma vez que desde de o início o as ações de extensão que serviram se base pra esse trabalho, primaram pela participação e o respeito de forma popular e interdisciplinar.

Por conta da pandemia do corona vírus e as medidas de restrição impostos e essências a visita final de entrega dos resultados aos moradores ainda não pode ser realizada.

REFERÊNCIAS

BARATTO, Romullo. USINA 25 anos - **Comuna Urbana D. Hélder Câmara**. São Paulo: Usina Ctah, 2015

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Conselho Nacional Dos Direitos Humanos. Povos Livres, Territórios Em Luta: Relatório Sobre Os Direitos Dos Povos E Comunidades Tradicionais**. Brasília: Conselho Nacional Dos Direitos Humanos, 2018.

CANELLA, Eduardo Jorge; MICELI, Vitor Soares; PRESSER, Victor de Almeida; TOMOYOSE, Evelyn Harumi. **Canteiros Contíguos: Graduação, Estágio, Extensão, Pesquisa, Treinamento, Construção, Autoconstrução**. Salvador: Urbfavelas, 2018.

GONÇALVES, Ana Cláudia. **Políticas Públicas Para Quilombolas: A Construção Da Cidadania Na Comunidade Remanescente De Quilombo Do Baú**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Estado**. São Paulo: Annablume, 2005. 159 p. Tradução de: Carlos Szlak.

MAIA, Olivia de Campos; GOMES, Andressa Caroline Silva Leitão; SOUZA, Kellen Barros; RAMOS, Michele Ribeiro; FRITZ, Aymara Collen. **PLANO POPULAR DE Ordenamento Territorial Para Comunidade Quilombola**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2020.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole Na Periferia Do Capitalismo: Ilegalidade Desigualdade E Violência**. São Paulo: -, 1995.

MARINGONI, Gilberto. **O Destino Dos Negros Após A Abolição**. 70. ed. São Paulo: -, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28. Acesso em: 08 mar. 2021.

PROJETO RAIOS DE SOL. **Desenvolvimento Organico-solidario autogestionario: raios de sol**. Palmas: Santo Expedito, 2016.

RIZEK, Cibele Saliba; BARROS, Joana da Silva; ARANTES, Pedro Fiori. **Cidade e Território: O relato de uma experiência em um assentamento do MST**. São Paulo: Usina Ctah, 2011.

RIZEK, Cibele Saliba. **Trabalho moradia e cidade: Zona de indiferenciação?** 78. ed. [S.I]: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2012. 10 p. (VOL.27).

RONCONI, Reginaldo Luiz. **Habitações Constuídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão.** São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos, 1995.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas.** São Paulo: Ambiente e Sociedade, 2002.

SILVA, Maíra Pereira da. **RE (EXISTIR): EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA**
- TO. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2018.

USINA CTAH (São Paulo). **Comuna da Terra São Tomás Balduino.** São Paulo, 2011.

USINA CTAH (São Paulo). **Assentamento Ireno Alves dos Santos.**São Paulo: Usina Ctah, 2011.

VILAÇA, Flávio. **O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação.** São Paulo: Global, 1986.

WHITAKER, João Sette. **Produzir Casas Ou Construir Cidades?: Desafios Para Um Novo Brasil Urbano.** São Paulo: Fupam, 2012.